

Inês Pérez

**Relatório de Estágio Curricular:
FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE FUTEBOL**



Relatório de estágio com vista à obtenção do
grau de Mestre em Direito, na especialidade
de Direito Forense e Arbitragem

Orientadores:

Prof. Doutor José Manuel Meirim (Presidente do Conselho de Disciplina da
Federação Portuguesa de Futebol)

Dr. João Leal (Diretor Jurídico da Federação Portuguesa de Futebol)

Junho 2017

Inês Pérez

**Relatório de Estágio Curricular:
FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE FUTEBOL**



Relatório de estágio com vista à obtenção do
grau de Mestre em Direito, na especialidade
de Direito Forense e Arbitragem

Orientadores:

Prof. Doutor José Manuel Meirim (Presidente do Conselho de Disciplina da
Federação Portuguesa de Futebol)

Dr. João Leal (Diretor Jurídico da Federação Portuguesa de Futebol)

Junho 2017

Declaração de Compromisso Anti Plágio

Declaro por minha honra que o trabalho que apresento é original e que todas as minhas citações estão corretamente identificadas. Tenho consciência de que a utilização de elementos alheios não identificados constitui uma grave falta ética e disciplinar.

Lisboa, 15 de julho 2017,

Inês Pérez

Agradecimentos

Gostaria de dedicar algumas palavras como profundo agradecimento a algumas das pessoas que me acompanharam nestes últimos meses e que me ajudaram na conclusão deste trabalho e de relembrar a tantas outras que me acompanham desde o meu nascimento, ou da minha fase pré-adolescente, a importância que as mesmas tiveram para que conseguisse terminar com sucesso esta fase tão importante da minha vida académica.

Aos meus Pais, que sempre me apoiaram em todo o meu percurso académico através dos seus incentivos e motivação, mas principalmente com os seus ensinamentos sobre a realidade da vida, sem nunca me deixarem desamparada em momentos de maior fragilidade ou desassossego, é para o meu, o vosso (o nosso) futuro que me esforço.

Aos meus irmãos, que na sua disparidade de feitios sempre se uniram pelo meu sucesso e é com eles que mais partilho a minha felicidade em ter conseguido alcançar esta etapa.

Ao meu Tio Manuel Relvas, que de forma onnipresente tornou possível todo este mestrado, através do seu patrocínio, mas principalmente com o seu percurso profissional de sucesso que é das minhas maiores fontes de inspiração.

Ao Professor José Manuel Meirim, meu orientador, que em tantas conversas despertou cada vez mais o interesse pela área do Direito Desportivo. Por todos os seus emails de preocupação e cuidado.

A toda a Federação Portuguesa de Futebol, Direção e colegas, as minhas expectativas foram arrebatadas pela maravilhosa experiência que tive. Uma equipa coesa que em tão pouco tempo me fez sentir parte de uma grande Família de Profissionais, desde as Competições ao Departamento de Apoio Técnico, obrigada por toda a ajuda.

Ao Dr. João Leal, por me ter recebido e acolhido sempre da forma maravilhosa que o fez.

Ao Nuno, Vera, Margarida, Mauro, Magda, Fernando... a todos os nomes por detrás das caras que desempenham funções na Federação Portuguesa de Futebol, agradeço-lhes a humanidade, a amizade, o carinho que tiveram comigo. Agradeço o abraço e o sorriso sempre amigo e compreensivo que todos tiveram comigo.

Obrigada.

Aos meus amigos, pela paciência e compreensão, por me perdoarem todas as vezes que disse Não a programas e festividades, combinações e aniversários, por nunca terem agido de outra forma sem ser a melhor. Sem vocês tudo isto não valeria a pena, é por mim que termino esta etapa da minha vida, mas é com o intuito de poder aproveitar o que me falta para viver da melhor forma, ao vosso lado.

À Pámela e Maria, as minhas melhores amigas. Só vos agradeço por serem como são, completamente distintas uma da outra, sem se conhecerem pessoalmente completam-se na minha vida de uma forma que não imaginam. A vossa amizade foi o combustível destes últimos meses, foi a força que por vezes me faltava.

Ao Gonçalo, o meu melhor amigo de todas as horas e também o meu melhor crítico, obrigada pela tua teimosia e paciência em me mostrares que sou capaz de fazer tudo o que quero e de alcançar tudo o que sonho, obrigada pelas tuas correções e ajudas constantes na busca dos sinónimos perfeitos.

Menções especiais

A) Modo de citar

- 1) Monografias e Artigos: Apelido(s), Nome(s) do(s) Autor(es), Título da Obra, Ano, Página(s).

B) Acordo ortográfico

O presente relatório de estágio foi escrito ao abrigo do novo acordo ortográfico, aprovado nos termos da Resolução da Assembleia da República n.º 25/2008, publicada na 1.ª Série do Diário da República, de 29 de julho.

C) Caracteres

O corpo do presente relatório de estágio tem, incluindo espaços e notas de rodapé, um total de 97 676 caracteres.

Abreviaturas

Art.º = Artigo

Arts.º = Artigos

CD = Conselho de Disciplina

Cfr. = Conferir

CJ = Conselho de Justiça

CND = Conselho Nacional do Desporto

CNPD = Comissão Nacional de Proteção de Dados

CPA = Código do Processo Administrativo

CPC = Código do Processo Civil

CPP = Código do Processo Penal

CRP = Constituição da República Portuguesa

Estatutos = Estatutos da FPF

FPF = Federação Portuguesa de Futebol

LBAFD = Lei de Bases da atividade física e do desporto

LPFP = Liga Portuguesa de Futebol

Ob. Cit. = obra citada

P. = Página

PP. = Páginas

Proc. = Processo

Procs. = Processos

RD = Regulamento Disciplinar

RD da LPFP = Regulamento Disciplinar da Liga Portuguesa de Futebol

RJFD = Regime Jurídico das Federações Desportivas

V. = Ver

Resumo

Este relatório tem como objetivo dar a conhecer o trabalho que foi desenvolvido ao longo do estágio curricular realizado na Federação Portuguesa de Futebol, no âmbito do mestrado como trabalho final do 2.º ciclo conducente para a obtenção do grau de mestre.

Primeiramente é realizada uma caracterização da entidade acolhedora, não só do ponto de vista da sua contextualização legal, mas também quanto à sua forma de funcionamento. De seguida dar-se-á a conhecer o trabalho realizado durante o estágio, o qual consistiu, principalmente, na elaboração de um estudo acerca da publicação das decisões disciplinares no site oficial da Federação Portuguesa de Futebol, de ambas as secções, profissionais e não profissionais pelo Conselho de Disciplina. O estudo está separado por temáticas, (1) a introdução ao tema a discutir e a sua contextualização na Federação Portuguesa de Futebol, (2) a caracterização de conceitos chave: “dados pessoais”; “tratamento de dados pessoais”; e a análise dos princípios, deveres e obrigações dos titulares dos dados pessoais, como dos responsáveis pelo tratamento dos mesmos, (3) exposição da nossa posição, como a correta, face aos pareceres emitidos pela Comissão Nacional de Dados Pessoais e os direitos constitucionalmente previstos na Constituição da República Portuguesa e nas demais fontes legislativas do ordenamento jurídico português.

O que se espera com este trabalho é a alteração da publicação das decisões disciplinares no site oficial da Federação Portuguesa de Futebol, de modo a que o direito à intimidade da vida privada e a proteção dos dados pessoais sejam respeitados.

Palavras-chave: Dados pessoais; tratamento de dados pessoais; decisões disciplinares.

Abstract

This report aims to present the work that has been developed throughout the internship in the Portuguese Football Federation.

First it is presented a characterization of the host institution, not only on its legal framework, but also on how it works. Then it's revealed the work done during the internship, which consisted mainly in the preparation of a study about the publication of the disciplinary decisions in the official Portuguese Football Federation's web site, of bout sections, professional and noun-professional football, by the Disciplinary Board. This paper has his own division by chapters, (1) introduction of the theme himself and in the world of the Portuguese Football Federation, (2) conceptions of the paper's key words: "personal data"; "treatment of personal data"; the principles, duties and obligations of the person who the data belong and the responsible for their treatment, (3) our thesis based on the formal opinion of the "Nacional Commission of Data Protection" and the constitutional rights of the Portuguese Constitution and other law.

What is expected with this work is an alternative way for the publication of the disciplinary decisions in the web site of the Portuguese Football Federation, in a way that the citizen right of a private and intimacy life and the protection of the personal data, are respected.

Keywords: personal data; treatment of personal data; disciplinary decisions.

Capítulo I – Palavras prévias

1. Introdução

1.1. A escolha pelo Relatório de Estágio

Após a conclusão da parte letiva do mestrado em Direito Forense e Arbitragem a Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa permite ao aluno uma escolha.

De acordo com o regulamento do Segundo Ciclo de Estudos Conducente ao Grau de Mestre em Direito, da FDUNL¹, artigo 30.º/1, “o estudante indicará: a) Se deseja elaborar uma dissertação, um trabalho de projeto ou um relatório de estágio, especificando, consoante os casos o tema da dissertação, a natureza e objetivos do projeto ou o tipo e local do estágio”.

A minha escolha foi pela elaboração de um relatório de estágio. A minha decisão de elaborar o mesmo tinha como objetivo alcançar uma experiência profissional na área do direito desportivo. Sendo uma área de crescimento notório e de grande especialização nas temáticas, nas matérias desta área do direito.

Considerei a Federação Portuguesa de Futebol a instituição certa para este meu interesse no direito desportivo, o veículo necessário e apropriado para completar o objetivo proposto a mim mesma.

Assim sendo, a elaboração do relatório é a conclusão de uma breve experiência enriquecedora e sem igual promovida pela FDUNL e pela FPF.

O constante contacto estabelecido ao longo do estágio com dezenas de profissionais torna toda a experiência profissional, apesar de ainda inserida no meio académico, uma porta de acesso para a realidade do mundo do trabalho.

¹ Disponível em WWW: <URL: <http://www.fd.unl.pt/Anexos/2775.pdf>>.

Relatório de Estágio Curricular: Federação Portuguesa de Futebol

1.2. A escolha do Estágio

O Direito do Desporto tem se revelado uma área de grande interesse, tanto para jovens juristas como para os catedráticos. Analisando o Futebol em si como um desporto de massas que cada vez mais se caracteriza através da sua relevância socioeconómica e menos pela sua vertente de puro lazer, o próprio desporto em si tem suscitado uma maior pormenorização nas redes sociais e nos média.

Atualmente o Direito Desportivo ocupa metade das emissões televisivas informativas, a sociedade em si é bombardeada diariamente com informações que desconhece, regulamentos desportivos que não compreende e realidades profissionais ligadas com o Futebol que transcendem as quatro linhas de jogo e os dirigentes dos clubes.

Por esse motivo e derivado ao grande interesse que tenho na matéria, de forma autodidata tenho melhorado os meus conhecimentos nesta área que tem vindo a assumir uma maior importância no quotidiano da sociedade moderna.

As complexidades derivadas das relações estabelecidas entre sujeitos desportivos são merecedoras de reflexão e de maior estudo para uma maior compreensão desta tão “especial” legislação que dita as regras do jogo para lá das próprias regras corriqueiras impostas por um árbitro dentro do campo de jogo no decorrer dos 90 minutos. Apesar das contribuições essenciais dos outros ramos do direito, o direito desportivo tem sua própria autonomização.

Posto isto, a Federação Portuguesa de Futebol enquadrava-se como a instituição certa para esta tomada de consciência e aprofundamento de conceitos e intervenção jurídica na área desportiva. Sem nunca esquecer a conotação prestigiante que a mesma tem, por todas as tarefas que desempenha.

1.3. Estrutura do Relatório

O presente relatório irá descrever e contextualizar as atividades desempenhadas ao longo do estágio profissional, no departamento jurídico da

Federação Portuguesa de Futebol, concluindo com uma análise mais detalhada sobre uma temática que se revelou de suma importância para a instituição.

Como costume nos relatórios de estágio é feita em primeiro lugar, uma caracterização da FPF, com particular interesse no funcionamento do conselho de disciplina e departamento jurídico.

Existirá um capítulo dedicado na exclusividade às atividades realizadas ao longo do estágio, a sua vertente prática, desempenhadas no departamento jurídico da FPF.

No início do estágio foi-me solicitado, como tarefa principal ao longo do estágio e como objeto de estudo, matéria relacionada com a publicação das decisões disciplinares e questões relacionadas com a proteção de dados dos intervenientes dos processos em si.

2. A Federação Portuguesa de Futebol

2.1. Introdução

A FPF foi fundada a 31 de março de 1914, como uma denominação distinta da que tem hoje, União Portuguesa de Futebol, tendo sido por iniciativa de três Associações de Futebol que a mesma foi fundada, a Associação de Lisboa, Portalegre e Porto.

Recentemente as instalações da FPF alteraram-se para o complexo desportivo da Cidade do Futebol, a sede passou a ser na Avenida das Seleções 1495-433 Cruz Quebrada – Dafundo, a sua inauguração foi dia 31 de março de 2016.

A FPF caracteriza-se como sendo uma associação de direito privado², é uma pessoa coletiva sem fins lucrativos, dotada de utilidade pública desportiva³. O estatuto de utilidade pública desportiva habilita as federações, não só a FPF, a poderem exercer

² Caracteriza-se como uma organização de direito privado, de acordo com o previsto no art.º 46.º da Constituição da República Portuguesa é constituída ao abrigo da liberdade de associação e goza de autonomia estatutária, de gestão e de organização.

³ “o instrumento por que é atribuída a uma federação desportiva a competência para o exercício dentro do respetivo âmbito, de poderes regulamentares, disciplinares e outros de natureza pública” Decreto-Lei nº 144/93 de 26 de abril

Relatório de Estágio Curricular: Federação Portuguesa de Futebol

poderes públicos de autorregulação. No entanto essa autorregulação, a autonomia adjacente a esse poder tem de respeitar a Constituição e a lei, ficando excluídas matérias reservadas à competência legislativa da Assembleia da República ou à da lei em geral.

A composição da FPF está regulada nos seus estatutos⁴, como consta do art.º 1.º, compreende vinte e duas associações regionais ou distritais, uma liga (a liga portuguesa de futebol profissional), bem como as associações de classe, clubes ou sociedades desportivas, jogadores, treinadores e os árbitros, inscritos ou filiados nos termos dos estatutos e demais agentes desportivos neles compreendidos.

A FPF é membro da FIFA⁵, instituição que superintende o futebol a nível internacional, e da UEFA⁶, instituição que dirige o futebol a nível europeu.

A FPF é pautada por objetivos concretos, também esses presentes nos estatutos que visam “promover, regulamentar e dirigir a nível nacional, o ensino e prática do futebol, em todas as suas variantes e competições”⁷.

Os estatutos preveem que a Federação tenha sócios, distinguindo os seus sócios por ordinários e filiados (ou por inscrição)⁸, no seu art.10.º, dotando os mesmos de deveres e direitos, os quais vêm previstos nos art.12.º e art.13º dos Estatutos.

A FPF é detentora do estatuto da utilidade pública desportiva⁹, “confere a uma federação desportiva a competência para o exercício, em exclusivo, por modalidade

⁴ <http://www.fpf.pt/Portals/0/Documentos/Centro%20Documentacao/Estatutos/estatutos.pdf>

⁵ Fédération Internationale de Football Association

⁶ Unio of European Football Associations

⁷ Conforme consta do número 1 do art.2.º dos Estatutos da FPF.

⁸ São considerados sócios ordinários as Associações de Futebol distritais ou regionais, a Liga Portuguesa de Futebol Profissional (LPFP), a Associação Nacional de Treinadores de Futebol (ANTF), a Associação Portuguesa de árbitros de Futebol (APAF), o Sindicato dos Jogadores de Futebol Profissional (SJFP), a Associação Nacional dos Dirigentes de Futebol (ANDIF), a Associação Nacional de Enfermeiros Desportivos e Massagistas de Futebol (ANEDAF) e a Associação Nacional dos Médicos de Futebol (AMEF). Os sócios de inscrição ou de filiação são, os Clubes ou Sociedades Desportivas, os jogadores inscritos na FPF, na LPFP ou nas respetivas Associações distritais ou regionais.

⁹ Conferido pelo Despacho n.º 46/93, de 29 de novembro, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 288, de 122 de dezembro de 1993, cuja última renovação consta do Despacho n.º 5331/2013, de 22 de abril, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 78, de 22 de abril de 2013 - <http://www.fpf.pt/Portals/0/Documentos/Centro%20Documentacao/Estatutos/estatutos.pdf>

ou conjunto de modalidades, de poderes regulamentares, disciplinares e outros de natureza pública, bem como a titularidade dos direitos e poderes especialmente previstos na Lei” – previsto no art.19.º da LBAFD e do art.10.º do RJFD.

Com a atribuição do estatuto de utilidade pública desportiva, são delegados os poderes mencionados no art.19.º da LBAFD e do art.10.º do RJFD, pelo Estado nas federações desportivas em si. Por prosseguirem funções públicas, é concedido às próprias federações que exerçam poderes públicos.

“A mencionada atribuição de poderes públicos não tem, no entanto, o condão de transformar a federação numa entidade pública, antes envolvendo o exercício de uma atividade que é substancialmente administrativa”¹⁰.

De acordo com o RJFD, regime esse que será também analisado no estudo realizado ao longo do estágio, no seu artigo 15.º, estão estabelecidas as condições necessárias para a atribuição do estatuto de utilidade pública desportiva. O “estatuto” em si tem uma durabilidade de 4 anos¹¹ e é atribuído a uma só pessoa coletiva por modalidade desportiva (princípio da unicidade federativa), a mesma tem de ser titular do estatuto de simples utilidade pública¹² e ter como cumpridos os pressupostos exigidos para ser considerada federação desportiva, presentes no art.14.º da LBAFD e art.2.º do RJFD.

Para Miguel Nogueira de Brito, a exigência da titularidade do estatuto de mera utilidade pública para a atribuição do estatuto de utilidade pública desportiva faz sentido pois, “as duas figuras funcionam numa relação entre geral e especial e é certamente razoável e conveniente que se regule a figura especial e seus requisitos pressupondo o preenchimento dos pressupostos da figura geral e a satisfação dos requisitos a ela atinentes, aligeirando-se nessa medida os requisitos da utilidade pública desportiva”, cfr. MIGUEL NOGUEIRA DE BRITO, ob. Cit., p.22.

¹⁰ BRITO/Miguel Nogueira, “O novo regime das Federações Desportivas”, in Desporto e Direito, A.7, n.º 19, 2009, p. 21.

¹¹ É feita uma nova fiscalização do preenchimento dos pressupostos que levaram à atribuição do estatuto de utilidade pública desportiva. Princípio da renovação quadrienal. Considera-se como que renovável a atribuição do estatuto, desde que os pressupostos continuem a ser preenchidos.

¹² O estatuto de utilidade pública desportiva só pode ser atribuído a pessoas coletivas titulares do estatuto de mera utilidade pública, como disposto do art.º 20.º da LBAFD e art.º 15.º, número 1 do RJFD.

Relatório de Estágio Curricular: Federação Portuguesa de Futebol

A atribuição do estatuto de utilidade pública desportiva depende de pedido, pedido esse dirigido ao membro do Governo na altura encarregue da área do desporto como prevê o número 1 do art.º 16.º do RJFD. O requerimento necessita de emissão de parecer por parte do Comité Olímpico de Portugal e da Confederação do Desporto de Portugal nos seguintes 30 dias e, após a emissão dos pareceres, ou decorrido o prazo para a sua emissão, o processo é remetido ao CND para que emita o seu parecer.

É necessária uma apreciação de vários fatores para a atribuição do estatuto de utilidade pública, como presente no art.º 18.º do RJFD: o relevante interesse desportivo nacional da atividade a prosseguir e o respeito pelos princípios da liberdade, da democraticidade, da representatividade e da transparência.

Existe uma necessidade de caracterização da expressão “atividade considerada de interesse nacional”, o art.º 19.º do RJFD diz que o mesmo sucede quando as organizações estejam enquadradas em federação internacional cuja modalidade integre o programa dos Jogos Olímpicos (ou Paralímpicos) e que preencham um dos seguintes pressupostos: possuam um grau de suficiente implantação a nível nacional, demonstrando possuir um número de praticantes inscritos, a nível nacional, igual ou superior a 500; ou prossigam uma atividade desportiva que contribua para o desenvolvimento turístico do país ou de algumas das suas regiões, através da organização de provas ou eventos desportivos de peso significativo de criar interesse turístico externo para o país.

Relativamente à questão da durabilidade do estatuto de utilidade pública desportiva, como supramencionado, o estatuto não tem durabilidade eterna, o mesmo pode ser cancelado ou suspenso, perante fundamentação adequada e necessária para o efeito. De acordo com o número 1 do art.º 21.º do RJFD, havendo violação das regras de organização interna das federações desportivas, não cumprimento da legislação antidopagem, do combate à violência, à corrupção, ao racismo e à xenofobia, não cumprimento das obrigações fiscais ou de prestações para com a segurança social ou violação das obrigações contratuais assumidas para com o Estado, o responsável do Governo pela área do desporto, da mesma forma que é responsável pela atribuição do estatuto de utilidade pública desportiva, também é responsável, através de despacho fundamentado, do processo de suspensão do estatuto.

O membro do Governo aprecia a situação em causa, avaliando se devo ou não suspender por despacho, se a mesma é ou não suscetível de acarretar a suspensão do estatuto de utilidade pública desportiva.

Caso haja despacho de suspensão, o mesmo produzirá um ou mais dos seguintes efeitos que serão determinados no despacho em si: suspensão de apoios decorrentes dos contratos-programa, dos apoios em meios técnicos, materiais ou humanos, de processos de atribuição de quaisquer benefícios fiscais, de toda ou parte da atividade desportiva da federação em causa¹³, impossibilidade de federação desportiva outorgar novos contratos-programa com o Estado pelo prazo em que durar a suspensão e impedimento de beneficiar de declaração de utilidade pública de expropriação de bens, ou direitos a eles inerentes, conforme se estipula no número 2 do art.º 21.º do RJFD. O período de suspensão tem de estar estipulado no despacho, tal como é referido no número 4 do art.º 21.º do RJFD.

A FPF já se encontrou com o seu estatuto de utilidade pública desportiva suspenso, durante o período de 12 de abril de 2010 a 12 de abril de 2011, pelo Despacho n.º 7294/2010, de 12 de abril de 2010, publicado no Diário da República, 2. Série, n.º 81, de 27 de abril de 2010, pp. 22110-22111, devido à inadequação dos Estatutos às exigências do RJFD, sendo que se considerou uma violação por parte da FPF das normas de organização interna e funcionamento que resultam desse diploma, designadamente, no que respeita à composição da Assembleia Geral, distribuição de delegados entre setores da modalidade e também devido ao facto de um delegado representar apenas um voto.

A análise tem sido feita sobre os efeitos e o processo de suspensão do estatuto de utilidade pública desportiva, no entanto, esse estatuto para além de poder ser suspenso pode mesmo ser cancelado. O cancelamento do estatuto de utilidade pública desportiva pode ser consequência da inexistência dos requisitos legais para a sua atribuição ou no caso de decorrer o período de suspensão do estatuto sem que a Federação em causa tenha feito cessar os vícios que fizeram com que a suspensão

¹³ Neste caso a decisão do membro do Governo responsável pela área do desporto tem que ser precedida de emissão de parecer do CND, art.º 25.º do RJFD.

Relatório de Estágio Curricular: Federação Portuguesa de Futebol

fosse atribuída em primeiro lugar, caso isso aconteça sucede o cancelamento do estatuto, conforme dispõe o art.º 23.º do RJFD¹⁴.

O cancelamento, como já mencionado supra faz cessar o estatuto de utilidade pública desportiva.

Os outros motivos que podem levar ao cancelamento do estatuto são: a extinção da federação desportiva, o decurso do prazo pelo qual foi concedido o estatuto de utilidade sem que tenha sido requerido a sua renovação, de acordo com o art.º 22.º do RJFD. O cancelamento do estatuto tem como consequência a perda efetiva de todos os benefícios que a Federação em si ganha com a sua atribuição.

Até a decisão final do processo de cancelamento é aplicável à federação as consequências decorrentes da suspensão do estatuto, conforme dispõe o art.º 23.º do RJFD.

O membro do governo responsável pela atribuição, suspensão e cancelamento do estatuto de utilidade pública desportiva, tem de respeitar o direito a ser ouvido da federação desportiva em causa, a federação tem um direito de audição previsto no art.º 2º, art.º 6.º e art.º 117.º e seguintes do CPA e art.º 267.º, número 5 da CRP.

2.2. Estrutura Orgânica da FPF

A Estrutura orgânica vem estipulada nos arts. º 32.º e seguintes do RJFD, no caso da FPF, nos arts. º 20.º e seguintes dos Estatutos da Federação Portuguesa de Futebol (de ora a diante apenas Estatutos).

Os órgãos sociais obrigatórios das federações desportivas:

- Assembleia Geral,
- Direção,
- Presidente,
- Conselho de Arbitragem,
- Conselho Fiscal,

¹⁴ O cancelamento está sujeito a prévio parecer por parte do CND, como estabelece o art.º 25.º do RJFD.

- Conselho de Disciplina e
- Conselho de Justiça.

A caracterização dos sete órgãos da FPF será enumerativa, apenas se estenderá no caso do Conselho de Disciplina sendo que, o tema a abordar no final será sobre a redação e publicação das decisões desse mesmo órgão e dos seus processos disciplinares, por uma questão de lógica e de enquadramento será mais pormenorizada.

1. Assembleia Geral
2. O Presidente
3. A Direção
4. O Conselho Fiscal
5. O Conselho de Disciplina

O Conselho de Disciplina (CD), é um órgão federativo jurisdicional, a sua constituição é feita por 13 (treze) elementos juristas (treze licenciados em direito) e divide-se em duas secções, a secção profissional e não profissional.

A sua constituição tem um presidente e dois vice-presidentes, cada vice é responsável por uma das secções, e dez vogais distribuídos de igual forma entre as duas secções [número 2 do art.º 60.º do Estatutos].

O número 3.º do mesmo artigo estipula que “Cada área tem um regulamento disciplinar próprio, devendo o da área profissional ser aprovado no seio da LPFP e ratificado pela Assembleia Geral e o da área não profissional ser aprovado pela direção da F.P.F.”

As reuniões do CD têm lugar na sede da FPF, sem prejuízo das reuniões da secção profissional se poderem realizar na sede da LPFP, essas reuniões são convocadas e presididas pelo presidente do conselho de disciplina, neste caso o Professor Doutor José Manuel Meirim.

As reuniões do Conselho de Disciplina têm lugar na sede da FPF, sem prejuízo das reuniões da secção para a área profissional se poderem realizar na sede da LPFP.

5. O Presidente do Conselho de Disciplina convoca e preside às reuniões de cada secção. Artigo 61º Competência Compete ao Conselho de Disciplina apreciar e

Relatório de Estágio Curricular: Federação Portuguesa de Futebol

decidir, de acordo com a lei e os regulamentos aplicáveis, todas as infrações imputadas a pessoas sujeitas ao poder disciplinar da FPF e da LPFP no âmbito das competências específicas de cada secção.

Cabe ao CD “apreciar e decidir, de acordo com a lei e os regulamentos aplicáveis, todas as infrações imputadas a pessoas sujeitas ao poder disciplinar da FPF e da LPFP o âmbito das competências específicas de cada secção.”, de acordo com o art.º 60.º dos estatutos.

6. Conselho de Justiça

O CJ é também um órgão jurisdicional da FPF¹⁵, constituído por 7 (sete) membros (um Presidente, um Vice-Presidente e cinco vogais, todos licenciados em direito como no caso do Conselho de Disciplina) que reúne sempre que para tal for convocado pelo seu Presidente, como estipula o art.º 62.º dos Estatutos.

As competências do Conselho de Justiça passam por: conhecer e julgar os recursos das decisões da LPFP e da Comissão eleitoral da FPF; conhecer e julgar os recursos do órgão de primeira instância; conhecer e julgar os recursos das decisões da Direção e do Presidente da FPF; conhecer e julgar os recursos das deliberações de qualquer uma das secções do Conselho de Disciplina e do Conselho de Arbitragem; conhecer e julgar os recursos dos atos e deliberações da comissão executiva ou qualquer dos seus membros; Dar parecer, no prazo máximo de quinze dias, sobre a integração de lacunas dos Estatutos e Regimentos, quando solicitado pela Direção da

¹⁵ Artigo 59.º dos Estatutos estabelece como órgãos jurisdicionais da FPF o Conselho de Disciplina e o Conselho de Justiça. O âmbito, jurisdição, o modo de funcionamento dos órgãos jurisdicionais e o regime de incompatibilidade dos respetivos titulares, para além do estipulado nos estatutos, têm de se encontrar em conformidade com o Código Disciplinar da FIFA. A Direção pode constituir comissões não permanentes para apoio do Conselho de Disciplina ou do Conselho de Justiça, se pelos mesmos for tal constituição requerida. No exercício do poder decisório que ambos os conselhos dispõem os mesmos são inteiramente independentes tendo como máxima responsabilidade a obediência estrita à lei, aos presentes estatutos e regulamentos, não sendo influenciados por outro ou qualquer órgão da FPF. Todas as decisões proferidas pelo Conselho de Disciplina ou de Justiça são fundamentadas de facto e de direito. Os membros dos Conselhos estão impedidos de intervir em processos em que tenham algum interesse pessoal na decisão, devendo solicitar dispensa de intervir quando ocorra circunstância pela qual possa razoavelmente suspeitar-se da sua isenção ou da retidão da sua conduta. Caso se verifique uma situação de escusa ou impedimento, deve o membro declarar-se impedido ou pedir dispensa de intervir e, assim não sucedendo, devem os restantes membros decidir, tendo o presidente do órgão voto de qualidade. Quando esse impedimento ou escusa não se verifique num membro, mas no próprio presidente do órgão em si, o voto de qualidade é exercido pelo seu substituto.

FPF; Exercer o poder disciplinar sobre os titulares dos órgãos sociais dos Sócios ordinários e da FPF; Conhecer e julgar os protestos de jogos; Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas pelos presente Estatutos e pelos Regulamento Disciplinar da FPF, de acordo com o art.º 44.º do RJFD e art.º 63.º dos Estatutos.

7. O Conselho de Arbitragem

2.3. Deveres dos Titulares dos órgãos Sociais

Os órgãos sociais têm um leque de deveres que têm de cumprir, tais como, os Estatutos, os regulamentos, as decisões e o código de ética da FIFA, da UEFA e da FPF. Entre outros, promoção da ética desportiva, o respeito e o Fair Play no combate contra a violência, a dopagem e a corrupção que infelizmente vêm associadas ao fenómeno desportivo; a não utilização de informação privilegiada por motivo do exercício das suas funções, para interesse próprio; não praticar qualquer tipo de ato que possa desprestigiar o bom nome da FPF; prosseguir o objeto da FPF; exercer o seu mandato de acordo com os interesses superiores da FPF e dos seu sócios; não aprovar medidas contrárias ao objeto social da FPF; não intervir, no exercício das suas funções ou por causa delas, direta ou indiretamente, em contratos com a FPF ou com algum dos seus órgãos, e nos quais tenha interesse por si, como gestor de negócios ou representante de outra pessoa e, bem assim, quando nele tenham interesse o seu cônjuge, algum parente ou afim na linha reta ou até ao segundo grau da linha colateral ou qualquer pessoa que com ele viva em economia comum; participar nas reuniões dos órgãos sociais para os quais tenham sido eleitos.

Capítulo II – Estágio, atividades desenvolvidas

1. Estágio

1.1. Plano de Estágio

O estágio no departamento jurídico da FPF teve a duração de 4 meses, teve início em setembro de 2016 e terminou a dezembro de 2016.

O trabalho desenvolvido incidiu, sobretudo, na pesquisa e compreensão de matérias referentes ao objeto de estudo, nomeadamente na procura de informação sobre o processo disciplinar em si, o seu início e fim sendo que, o tema a desenvolver será sobre a publicação da decisão em si que é obtida no final da tramitação do processo disciplinar, não incidirá qualquer tipo de discussão na matéria de direito disciplinar apenas na redação e publicação das decisões publicitadas no site oficial da FPF. Após uma melhor compreensão do processo disciplinar e do regulamento disciplinar da FPF e do regulamento disciplinar da LPFP, e do porquê que distinguia estes dois regulamentos em secções profissionais distintas, iniciei a segunda fase da pesquisa que incidiu em legislação, jurisprudência, doutrina e matéria de estudo para uma maior compressão da matéria em que irei incidir o meu estudo.

Fora a vertente académica de pesquisa do estágio, existiu uma vertente mais prática, a expurgação das referências nominais presentes nas decisões disciplinares publicadas no site oficial da FPF.

Para esse exercício foi necessário um levantamento de todas as decisões disciplinares, da secção profissional e não profissional, dos recursos e das decisões do Conselho de Justiça publicadas e de acesso gratuito e fácil no site oficial da FPF.

Para além do plano de estágio elaborado por mim e pelo meu orientador, Professor e Presidente do Conselho de Disciplina José Manuel Meirim, desempenhei outras atividades consoante as necessidades do departamento jurídico da FPF, sob a orientação do Dr. João Leal.

1.2. Atividades desenvolvidas

1.2.1. Sem importância para o tema

Foi-me pedido ao longo do estágio que desempenhasse algumas tarefas consoante a necessidade do Departamento Jurídico, ou de algum colega meu.

De forma sucinta, as atividades pedidas e desempenhadas por mim foram: contestações de autos de contraordenações rodoviárias; pesquisa e levantamento de assuntos pendentes, e a resolução dos mesmos, com a comissão nacional de proteção de dados.

A FPF e a CNPD tinham trocado correspondência desde o ano 2000, referente a inúmeros assuntos, tais como:

- Videovigilância e as suas questões de proteção de dados nas antigas instalações da FPF;
- Utilização de plataformas online para a compra e venda de ingressos e as medidas necessárias para que os dados pessoais dos compradores fossem devidamente protegidos;
- Questões/dúvidas relativamente a proteção de dados pessoais constantes nas plataformas de compra pela internet.

Durante o estágio foi estabelecido contato com a CNPD, a pedido do Dr. João Leal e do Dr. Daniel Ribeiro, diretor da Cidade do futebol, para que fosse feito o pedido de tratamento de imagem¹⁶ (videovigilância), após a troca de alguns emails com questões relativamente ao novo “estatuto” das novas instalações da Cidade do Futebol, estabeleceu-se que o mesmo pedido tinha de ser feito através do formulário referente aos recintos desportivos¹⁷, face ao facto de as instalações da FPF serem para além de local de estágio desportivo, com as instalações sanitárias adequadas e necessárias, terem também toda uma parcela de escritórios e salas de reuniões, onde toda a direção e funcionários da FPF trabalha.

¹⁶ Disponível em: https://www.cnpd.pt/bin/legal/forms_video.htm

¹⁷ Disponível em: https://www.cnpd.pt/bin/Duvidas/vv_desporto.aspx

Relatório de Estágio Curricular: Federação Portuguesa de Futebol

Para além dos contactos estabelecidos com a CNPD para o efeito, os assuntos anteriores e a devida documentação foram reorganizados e dados como concluídos.

1.2.2. Atividades Desenvolvidas

Desde o início do estágio que o objetivo do mesmo se cingiu na análise cuidada das decisões publicadas no site da FPF, relativamente aos acórdãos, da secção profissional¹⁸ e da secção não profissional¹⁹.

Com o intuito de expurgar as referências nominais dos acórdãos, de ambas as secções, publicados no site, como referenciado.

Numa primeira fase, foi feito o levantamento de todos os acórdãos disponibilizados no site da FPF que continham referências nominais dos intervenientes, leia-se referências nominais como quaisquer tipo de referências identificativas dos intervenientes, não só dos arguidos em si mas, das testemunhas, da equipa da arbitragem, dos delegados da liga, de algum membro das equipas técnicas e médicas dos clubes desportivos, de agentes da polícia de segurança pública, ou seja, qualquer interveniente que tenha a sua identidade explícita nos acórdãos, seja por números de identificação constante em cartão de cidadão ou qualquer outro tipo de documento identificativo do cidadão, seja por número de licença desportiva atribuída pela FPF, seja através de uma morada, sendo ou não a de residência. A preocupação debruçava-se na expurgação de qualquer tipo de referência nominativa ou identificativa dos intervenientes, à semelhança de como decorre nos acórdãos disponibilizados pelo Instituto de gestão financeira e equipamentos da justiça I.P.²⁰, na sua Base Jurídico-documental.

A análise da base de dados da FPF, através do site da FPF como já mencionado, revelou que se encontravam e se encontram ainda de acesso público

¹⁸ Disponível em: <http://www.fpf.pt/pt/Institucional/Disciplina/Sec%C3%A7%C3%A3o-Profissional/Ac%C3%B3rd%C3%A3os>

¹⁹ Disponível em: <http://www.fpf.pt/pt/Institucional/Disciplina/Sec%C3%A7%C3%A3o-N%C3%A3o-Profissional/Ac%C3%B3rd%C3%A3os>

²⁰ Disponível em: <http://www.dgsi.pt/>

Capítulo II – Estágio, atividades desenvolvidas

vários acórdãos, divididos por épocas e por secção, com as tais referências que remontam não só à época presente.

Alguns excertos dos acórdãos com e sem as alterações sugeridas pelo orientador Professor José Manuel Meirim serão inseridos ao longo da discussão do tema.

Após o levantamento dos acórdãos constantes no site, procedeu-se à expurgação das referências nominativas.

O processo de substituição das referências nominativas deu-se em grande parte por sugestão, após alguma discussão com o Professor José Manuel Meirim e alguns colegas, como a Dr. Catarina Cravo, e sempre tendo em comparação acórdãos de tribunais judiciais, disponibilizados no www.dgsi.pt, e a formalidade existente nos mesmos.

Esta tarefa realizou-se da seguinte forma, após a análise cuidada do acórdão e a sua leitura, eram identificados os intervenientes do processo, tanto arguidos como qualquer outro tipo de sujeito, aos mesmos eram atribuídos iniciais em maiúsculas

«Aos 87 minutos, após o golo do Arouca, alguns adeptos do Penafiel, instalados na bancada poente, provocaram verbalmente os elementos do banco suplementar do Arouca. O treinador adjunto do Arouca, Luís Ferreira, Lic.ª 10338, respondeu às provocações com agressividade, tentando ir para a bancada, sendo agarrado pelos outros elementos do banco. Esta ação provocou alguns minutos de interrupção até as forças de segurança normalizarem a situação e garantirem as condições de segurança para que o jogo decorresse até final sem incidentes.»²¹

No excerto retirado de um dos acórdãos alterados no intuito do estágio, estamos perante duas referências desnecessárias como o nome do treinador adjunto e a sua respetiva identificação através do número da licença e o respetivo clube, partindo do pressuposto que, perante a abertura de um procedimento disciplinar, os interessados no desenlace do mesmo são os seus próprios intervenientes, no entanto no mundo competitivo do futebol uma penalização de um adversário na mesma competição pode ser vantajosa para o adversário direto nas seguintes jornadas, ou seja, é do interesse de todos os participantes da mesma competição a situação

²¹ Acórdão referente à secção Profissional, Processo de Inquérito n.º 18, época 2014/2015

Relatório de Estágio Curricular: Federação Portuguesa de Futebol

disciplinar tanto dos jogadores adversários como de todos os membros dos clubes adversários.

A realidade desportiva é a de que para além do interesse dos intervenientes constantes do processo disciplinar, esse interesse no conhecimento da sanção aplicada estende-se a todos os demais participantes e porventura, adversários, dos mesmos²². Contudo, mantem-se a questão sobre a relevância do conhecimento da imputabilidade de certos e determinados atos aos respetivos autores. Não será apenas relevante com base na concorrência desportiva entre adversários, partes ou não do processo disciplinar, o conhecimento de uma sanção, como por exemplo, Jogador António Antunes – dois jogos de suspensão e coima de x, e não o real conhecimento dos atos praticados que levaram à sanção em si?

A discussão prolongar-se-á no capítulo seguinte, relativamente ao tema desenvolvido neste relatório de estágio.

No excerto apresentado supra, as alterações efetuadas não só nesse excerto, mas em vários acórdãos, realizaram-se da seguinte maneira (a título de exemplo):

«Aos 87 minutos, após o golo do CD1, alguns adeptos do CD2, instalados na bancada poente, provocaram verbalmente os elementos do banco suplementar do CD1. O treinador adjunto do CD1, AA, Lic.^a..., respondeu às provocações com agressividade, tentando ir para a bancada, sendo agarrado pelos outros elementos do banco. Esta ação provocou alguns minutos de interrupção até as forças de segurança normalizarem a situação e garantirem as condições de segurança para que o jogo decorresse até final sem incidentes.»

No decorrer do estágio, foram-me enviados alguns dos acórdãos constantes na página da FPF²³, na sua parte relativamente a documentação institucional e ao conselho de disciplina, secção profissional e não profissional.

Todos os acórdãos alterados foram enviados por email oficial da FPF, para a Dra. Catarina Cravo com o intuito de serem os substitutos dos que se encontravam

²² A “noção” de realidade desportiva utilizada neste parágrafo advém do bom senso que qualquer conhecedor, mesmo que leigo, do mundo futebolístico e da competitividade inerente à participação em qualquer tipo de competição futebolística, seja ela pertencente à secção profissional ou não profissional. Não se trata de um conceito fixo ou estabelecido por qualquer tipo de doutrina.

²³ Acórdãos esses que foram, como já mencionado, elencados através de um levantamento efetuado com base no site da internet da FPF e enviados à Dr. Catarina Cravo que posteriormente enviava os acórdãos para que fossem retificados consoante o objeto do estágio e o objetivo de expurgação das referências nominativas e identificativas da FPF.

Capítulo II – Estágio, atividades desenvolvidas

no site da FPF, de livre acesso a todos os que desejam procurar e analisar as decisões disciplinares do conselho de disciplina.

Um excerto de um Acórdão, dos muitos analisados e que sofreram alterações relativamente às referências nominativas e identificativas dos sujeitos:

PARTES: BB – Administrador da S1 SAD e incertos (a inquérito é aberto pela CII da LPFP sem indicar quem é a contraparte (o autor ou autores dos eventuais comportamentos ilícitos), indicando apenas que devem ser inquiridos 4 jogadores (ata da CII da LPFP de 21 de maio de 2015). Logo, o procedimento parece ter sido aberto ao abrigo do disposto no artigo 266º do RDLFPF “existirem indícios da prática de uma infração disciplinar mas não dos seus agentes”).

RELATOR: Eduardo Vera-Cruz Pinto

OBJETO: Denúncia de BB – Administrador da S1 SAD, interpretada pela CII da LPFP, de 21 de maio de 2015, como “denúncia de comportamentos ilícitos no sentido de condicionar a vontade de jogadores para não comparecerem em jogo integrado na última jornada da Segunda Liga”; mas sem indicação dos respetivos agentes.

Capítulo III – Estudo Realizado

1. Tema

Como já fora mencionado, no início do estágio na FPF, o Professor José Manuel Meirim, como orientador deste relatório de estágio, expôs o interesse superior da FPF nesta matéria relativa à expurgação das referências nominativas e identificativas nos acórdãos publicados no site oficial da FPF de forma pública e gratuita.

O porquê de este ser um interesse superior da FPF recai na análise do art.º 8.º do Regime Jurídico das Federações Desportivas que diz:

“Publicitação da atividade

1 – As federações desportivas devem publicitar na respetiva página na Internet, no prazo de 15 dias, todos os dados relevantes e atualizados da sua atividade, em especial:

- a) Dos restantes e regulamentos, em versão consolidada e atualizada, com menção expressa das deliberações que aprovam as diferentes redações das normas neles constantes;*
- b) As decisões integrais dos órgãos disciplinares ou jurisdicionais e a respetiva fundamentação;*
- c) Os orçamentos e as contas dos últimos três anos, incluindo os respetivos balanços;*
- d) Os planos e relatórios de atividades dos últimos três anos;*
- e) A composição dos corpos gerentes;*
- f) Os contatos da federação e dos respetivos órgãos sociais (endereço, telefone, fax e correio eletrónico).*

2 – Na publicitação das decisões referidas na alínea b. do número anterior deve ser observado o regime legal de proteção de dados pessoais.²⁴”.

Da análise da alínea b) do número 1 do art.º 8.º do RJFD retira-se a obrigatoriedade de no espaço de 15 dias após uma decisão disciplinar, a mesma tenha de ser publicitada no site oficial da FPF, no entanto o estudo realizado debruça-se

²⁴ Sublinhado feito para evidenciar a matéria relevante à discussão.

sobre o número 2 deste artigo que se revelará ao longo da exposição, o pilar de toda a discussão.

O número 2 do artigo 8.º diz explicitamente que na publicitação das decisões disciplinares o regime legal de proteção de dados pessoais tem de ser observado.

No entanto, no capítulo II deste trabalho evidenciamos o facto de em todos os acórdãos publicitados no site oficial da FPF constarem referências nominativas e identificativas dos intervenientes.

A questão que se coloca e que será desenvolvida formula-se de forma extensa e complexa, **estará a FPF a respeitar o artigo 8.º do RJFD ao conter nos acórdãos publicitados os nomes, números de licenças entre outras menções identificativas dos intervenientes de acordo com o regime legal de proteção de dados pessoais?**

Existem variados temas a abordar neste estudo realizado e exposto nesta dissertação, tais como, o que se encontra disposto no regime legal de proteção de dados pessoais relativamente à publicitação das decisões integrais de órgãos disciplinares ou jurisdicionais e a respetiva fundamentação; o enquadramento e concretização dos conceitos de dados pessoais; se esse mesmo conceito se coaduna com as referências nominativas e identificativas presentes nos acórdãos provenientes dos órgãos disciplinares da FPF; entre outros pontos que surgiram de modo a tornar o conhecimento desta matéria mais amplo e explícito para que o vá ler.

2. O Regime Legal de Proteção de Dados Pessoais

2.1. Legislação Nacional e Internacional sobre a Publicação das Decisões Judiciais

O estudo realizado baseou-se na comparação dos procedimentos aplicáveis à constituição, manutenção e acesso às bases de dados de doutrina e jurisprudência que no nosso entender deveriam ser aplicáveis também às bases de dados que contêm as decisões disciplinares da FPF.

Relatório de Estágio Curricular: Federação Portuguesa de Futebol

No final da década de 90, com o desenvolvimento tecnológico e o despertar do mundo da internet para as suas milhares de funcionalidades e o vasto universo de utilizadores, surgiram preocupações relacionadas com as bases de dados de vários ramos do Direito, quando na época se disponibilizava as decisões judiciais em texto integral com total transparência relativamente a nomes de pessoas, a sua posição processual e, em matéria penal ainda se recorria à minuciosa narração do facto criminoso, identificação do arguido e da vítima e indicação das circunstâncias relativas ao facto e às pessoas, relevantes para a decisão. Com o crescimento e desenvolvimento da internet como um mundo de fácil acesso a todos, houve a necessidade de se impor algum controlo dessa informação e a publicação da mesma, visto que até à data a mesma era publicada sem sofrer algum tipo de escrutínio antes de ser colocada na página da internet, de fácil acesso a todos.

Colocada esta questão, o Ministério da Justiça veio a solicitar à CNPD a emissão de pareceres sobre esta questão, evidenciando a “tensão entre direitos relativos à proteção da privacidade e a regra da publicidade das decisões, de matriz constitucional”²⁵.

De forma generalizada, as bases de dados jurídico-documentais são de extrema relevância, as mais valias obtidas através das mesmas são sinónimo de uma maior compreensão e conhecimento da jurisprudência aplicável tanto para o jurista ou profissional do direito, como para o cidadão ordinário.

Todo o cidadão tem direito à informação jurídica, como enunciado no art.º 20.º n.º 2, da CRP, direito este que está constitucionalmente consagrado desde 1982 e a que o Dec. Lei 387-B/87, de 29/12²⁶, veio dar forma e efetiva viabilidade, constitui um direito fundamental de todos os cidadãos.

²⁵ Deliberação n.º 84/98, O relator Mário M. Vares Gomes, os vogais Amadeu Guerra, Luís J. Durão Barroso, J. Labescat da Silva e o Presidente A Vítor Coelho, disponível em: https://www.google.pt/search?q=delibera%C3%A7%C3%A3o+84%2F98&rlz=1C1AVNE_enPT728PT728&oq=delibera%C3%A7%C3%A3o+84%2F98&aqs=chrome..69i57.4668j0j9&sourceid=chrome&ie=UTF-8#

²⁶ Como dispõe o Capítulo II do diploma, intitulado de Informação Jurídica “Art.º 4.º Incumbe especialmente ao Governo realizar, de modo permanente e planeado, ações tendentes a tornar conhecido o direito e o ordenamento legal, através de publicações e de outras formas de comunicação, em termos de proporcionar um melhor exercício dos direitos e o cumprimento dos

Artigo 20.º

(Acesso ao direito e tutela jurisdicional efetiva)

1. A todos é assegurado o acesso ao direito e aos tribunais para defesa dos seus direitos e interesse legalmente protegidos, não podendo a justiça ser denegada por insuficiência de meios económicos.
2. Todos têm direito, nos termos da lei, à informação e consultas jurídicas, ao patrocínio judiciário e a fazer-se acompanhar por advogado perante qualquer atividade.
3. A lei define e assegura a adequada proteção do segredo de justiça.
4. Todos têm direito a que uma causa em que intervenham seja objeto de decisão em prazo razoável e mediante processo equitativo.
5. Para defesa dos direitos, liberdades e garantias pessoais, a lei assegura aos cidadãos procedimentos judiciais caracterizados pela celeridade e prioridade, de modo a obter tutela efetiva e em tempo útil contra ameaças ou violações desses direitos.²⁷

“A informação jurídica permite tornar conhecido o direito e o ordenamento legal, com vista a proporcionar aos cidadãos um melhor exercício dos seus direitos e constitui uma responsabilidade do Estado”.²⁸

As bases de dados jurídico-documentais têm uma relevância indiscutível para além de que, vieram concretizar, em certa medida, o conceito de acesso à informação jurídica. Através da informação jurídica disponível o cidadão comum consegue ter conhecimento do direito aplicável, não só conhecer a lei concreta, mas a aplicabilidade da mesma.

deveres legalmente estabelecidos. Art.º 5.º No âmbito das ações referidas no artigo anterior serão gradualmente criados serviços de acolhimento nos tribunais judiciais”.

²⁷ Disponível em: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=4&tabela=leis

²⁸ Excerto retirado do site www.citius.mj.pt de um artigo relativamente a uma campanha de sensibilização “A Justiça não é só para alguns!”, promovida pelo Instituto do Acesso ao Direito da Ordem dos Advogados, de dia 8(oito) de novembro de 2012.

Relatório de Estágio Curricular: Federação Portuguesa de Futebol

O acesso à informação jurídica dá-se através da jurisprudência, fora o conhecimento da lei em si, e da sua publicação – a publicação das decisões judiciais. São essas que transportam o conhecimento da aplicabilidade da legislação, são essas que instroem os juristas e os cidadãos comuns da tendência legislativa registada nos tribunais em Portugal.

A publicidade das decisões advém de princípios internacionais que remontam à Declaração Universal dos Direitos do Homem²⁹ quer consagrado no art.º 10.º, quer no art.º 6.º n.º 1 da Convenção Europeia dos Direitos do Homem³⁰, de 4 de novembro de 1950, aprovada pela Lei 65/78, de 13/10 – Princípio da publicidade no ordenamento internacional.

Declaração Universal dos Direitos do Homem

Art.º 10.º

“Toda a pessoa tem direito, em plena igualdade, a que a sua causa seja equitativa e publicamente julgada por um tribunal independente e imparcial que decida dos seus direitos e obrigações ou das razões de qualquer acusação em matéria penal que contra ela seja deduzida.”

Convenção Europeia dos Direitos do Homem

Art.º 6.º

(Direito a um processo equitativo)

- 1. Qualquer pessoa tem direito a que a sua causa seja examinada, equitativa e publicamente, num prazo razoável por um tribunal independente e imparcial, estabelecido pela lei, o qual decidirá, quer sobre a determinação dos seus direitos e obrigações de carácter civil, quer sobre o fundamento de qualquer acusação em matéria penal dirigida contra ela. O julgamento deve ser público, mas o acesso à sala de audiências pode ser proibido à imprensa ou ao público durante a totalidade ou parte do processo, quando a bem da moralidade, da ordem pública ou da segurança nacional numa sociedade democrática, quando os interesses de menores ou a proteção da vida privada das partes no processo o exigirem, ou, na medida julgada estritamente necessária pelo tribunal,*

²⁹ Declaração Universal dos Direitos do Homem, adotada e proclamada pela Assembleia Geral na sua resolução 217A de 10 de dezembro de 1948, disponível em www.onuportugal.pt, Centro de Informação das Nações Unidas em Portugal.

³⁰ Disponível em: www.netprof.pt

quando, em circunstâncias especiais, a publicidade pudesse ser prejudicial para os interesses da justiça.

Na legislação nacional encontramos este princípio relativo à publicidade das audiências judiciais plasmado no art.º 206.º da Constituição da República Portuguesa.

Art.º 206.º

(Audiências dos tribunais)

As audiências dos tribunais são públicas, salvo quando o próprio tribunal decidir o contrário, em despacho fundamentado, para salvaguarda da dignidade das pessoas e da moral pública ou para garantir o seu normal funcionamento.

No entanto, a discussão em causa não recai sobre a não publicidade das decisões judiciais, pelo contrário. O direito à informação jurídica obtida através da publicação das decisões judiciais trata de ser matéria vigente nas jurisdições internacionais e com proteção constitucional como já mencionado.

O que questionamos, como o Ministério Público questionou na década de 90 à CNPD é a pertinência jurídica na divulgação dos nomes das partes, na publicação das decisões judiciais integrais, colocadas nas páginas de internet (de acesso público e gratuito).

Tommaso Auletta³¹, refere que a exigência da publicidade das decisões não torna lícita a divulgação das mesmas com os nomes das partes intervenientes no processo aliás, com a presença dos nomes nas publicações integrais das decisões evidencia-se o conflito existente entre o princípio da publicidade das decisões judiciais/direito à informação jurídica e a necessidade de salvaguarda da privacidade individual e familiar das partes.

De acordo com o art.º 26.º da CRP, número 1 “A todos são reconhecidos os direitos à identidade pessoal, ao desenvolvimento da personalidade, à capacidade civil, à cidadania, ao bom nome e reputação, à imagem, à palavra, à reserva da intimidade da vida privada e familiar e à proteção legal contra quaisquer formas de

³¹ AULETTA, Tommaso Amedeo, “Riservatezza e tutela della personalità”, 1978.

Relatório de Estágio Curricular: Federação Portuguesa de Futebol

discriminação”, o CPC vem enaltecer a obrigatoriedade da publicidade do processo no seu art.º 163.º, no entanto, no seu artigo seguinte 164.º estão dispostas algumas restrições a esse princípio de publicidade, no seu número 1 “O acesso aos autos é limitado nos casos em que a divulgação do seu conteúdo possa causar dano à dignidade das pessoas, à intimidade da vida privada ou familiar ou à moral pública ou pôr em causa a eficácia da decisão a proferir.”.

Todas as normas jurídicas supramencionadas demonstram de forma inequívoca que apesar da exigência da publicidade das decisões, existem restrições necessárias a tal publicidade, sempre que a mesma implique danos na esfera das partes como, a sua dignidade ou quando essa mesma publicação seja violadora da “intimidade da vida privada ou familiar ou à moral pública”.

No CPP, em sede de direito criminal, exclui-se da publicidade “os dados relativos à reserva da vida privada que não constituem meios de prova”³², surgindo também o art.º 88.º número 2 alínea c)³³, “por qualquer meio” da identificação das vítimas de crimes sexuais, contra a honra ou a reserva da vida privada, antes ou mesmo depois da audiência, quando menores de 16 anos.

A preocupação colocada na questão da privacidade atinge ainda uma outra matéria no nosso ordenamento jurídico, relativamente à possibilidade de requerer certidões processuais – cfr. Art.º 89.º e 90.º do CPP e 170.º n.º 2 do CPC.

³² No artigo 86.º do Código do Processo Penal (Publicidade do processo e segredo de justiça), no seu número 7 encontra-se disposto o seguinte “A publicidade não abrange os dados relativos à reserva da vida privada que não constituam meios de prova. A autoridade judiciária específica, por despacho, oficiosamente ou a requerimento, os elementos relativos aos quais se mantém o segredo de justiça ordenando, se for caso disso, a sua destruição ou que sejam entregues à pessoa a que disserem respeito”.

³³ Artigo 88.º do Código do Processo Penal (Meios de comunicação social) número 2, alínea c) vem proibir, sob pena de desobediência simples “A publicação, por qualquer meio, da identidade de vítimas de crimes de tráfico de pessoas, contra a liberdade e autodeterminação sexual, a honra ou a reserva da vida privada, exceto se a vítima consentir expressamente na revelação da sua identidade ou se o crime for praticado através de órgão de comunicação social”

2.2. A proteção dos Dados Pessoais

No âmbito nacional, toda a legislação necessária encontra-se no site da CNPD³⁴, analisando a Lei n.º 67/98³⁵ de 26 de outubro, esta mesma aplica-se ao tratamento de dados pessoais por meios total ou parcialmente automatizados, como ao seu tratamento por meios não automatizados contidos em ficheiros manuais.

O princípio geral, disposto no art.º 2.º da Lei dispõe que “O tratamento de dados pessoais deve processar-se de forma transparente e no estrito respeito pela reserva da vida privada, bem como pelos direitos, liberdades e garantias fundamentais.”.

Torna-se suficiente para o estudo apresentado neste relatório a ideia de que a “reserva da vida privada”, exige uma noção de proteção da vida privada e familiar dos sujeitos de interesse nas decisões publicitadas.

Apesar da necessidade de transparência como indica o princípio geral, o mesmo tem de coexistir com a obrigatoriedade de respeito pela reserva da vida privada dos sujeitos processuais.

Na perceção deste estudo, as decisões disciplinares da FPF equiparam-se às decisões judiciais alvo de preocupação do Ministério da Justiça em 1998, ou seja, se a publicidade das decisões judiciais tem de se reger pelo princípio geral presente no art.º 2.º da Lei 67/98 – relativamente à proteção dos dados pessoais – as publicações das decisões disciplinares da FPF também deverão respeitar o mesmo princípio, considerando que as mesmas têm conteúdo sancionatório (como as decisões emitidas pelo tribunal, apesar da discrepância de gravidade entre as mesmas) e descritivo dos

³⁴ Legislação Nacional, disponível em: www.cnpd.pt

³⁵ Na altura da redação do parecer n.º 84/98, em que me baseio para o início deste estudo como uma das poucas ferramentas existentes relativas à constituição, manutenção e acesso às bases de dados de doutrina e jurisprudência, pedido pelo Ministério da Justiça à CNPD, menciona-se a Lei 10/91, de 29/04 – Lei da Proteção de Dados Pessoais face à informática, essa lei foi revogada pela Lei 67/98 de 26 de outubro, há qual me referirei de ora em diante, fazendo quando necessária algum tipo de referência à lei antiga.

factos sem que os dados pessoais sejam protegidos, a identidade dos sujeitos é mencionada ao longo do texto integral dos acórdãos, publicados no site da FPF.

Sendo assim, as referências nominais ou identificativas das partes deverão ser retiradas das publicações integrais das decisões disciplinares da FPF.

A relevância da matéria, demonstrada pelo Ministério da Justiça em 1998 relativamente ao respeito pelos dados pessoais nas decisões judiciais também se transpõe para a data, de forma comparativa, nas decisões disciplinares da FPF. Não esquecendo o que o art.º 8.º do RJFD, dispõe sobre as decisões integrais disciplinares ou jurisdicionais e a respetiva fundamentação, no seu número 2, “Na publicação das decisões referidas na alínea b) do número anterior deve ser observado o regime legal de proteção de dados pessoais.”.

Art.º 35.º da CRP

(Utilização da informática)

- 1. Todos os cidadãos têm o direito de acesso aos dados informatizados que lhes digam respeito, podendo exigir a sua retificação e atualização, e o direito de conhecer a finalidade a que destinam, nos termos da lei.*
- 2. A lei define o conceito de dados pessoais, bem como as condições aplicáveis ao seu tratamento automatizado³⁶, conexão, transmissão e utilização, e garante a sua proteção designadamente através de entidade administrativa independente.*
- 3. A informática não pode ser utilizada para tratamento de dados referentes a convicções filosóficas ou políticas, filiação partidária ou sindical, fé religiosa, vida privada e origem étnica, salvo mediante consentimento expresso do titular, autorização prevista por lei com garantias de não discriminação ou para processamento de dados estatísticos não individualmente identificáveis.*
- 4. É proibido o acesso a dados pessoais de terceiros, salvo em casos excecionais previstos na lei.*
- 5. É proibida a atribuição de um número nacional único aos cidadãos.*

³⁶ Este sublinhado não consta no artigo, é feito de modo a evidenciar as expressões que são consideradas relevantes para a continuação da nossa discussão.

6. *A todos é garantido livre acesso às redes informáticas de uso público, definindo a lei o regime aplicável aos fluxos de dados transfronteiras e as formas adequadas de proteção de dados pessoais e de outros cuja salvaguarda se justifique por razões de interesse nacional.*
7. *Os dados pessoais constantes de ficheiros manuais gozam de proteção idêntica à prevista nos números anteriores, nos termos da lei.*

No número 3 do artigo constatamos que o tratamento informático só pode ser levado a cabo, “mediante consentimento expresso do titular” da informação, e sendo autorizado “por lei com garantias de não discriminação ou para o processamento de dados estatísticos não individualmente identificáveis”. O art.º 6.º da Lei n.º 67/98, de 26 de outubro, afirma relativamente às condições de legitimidade do tratamento dos dados pessoais, “O tratamento de dados pessoais só pode ser efetuado se o seu titular tiver dado de forma inequívoca o seu consentimento ou se o tratamento for necessário para:”³⁷

O número 4.º vem também salientar, que “é proibido o acesso de dados pessoais de terceiros, salvo em casos excecionais previstos na lei”.

Conclui-se através do exposto supra que é necessário o consentimento do titular dos dados para que esses sejam revelados, a CNPD em 1998, no parecer analisado (Deliberação n.º 84/98), veio considerar essa hipótese de “obtenção de consentimento expresso dos respetivos titulares para a constituição das bases de dados em questão” totalmente inviável, apenas através de lei específica habilitante³⁸, e ainda sendo necessário parecer da CNPD, nos termos definidos pelo art.º 22.º da referida Lei n.º 67/98, que menciona na alínea c) do número 3, a CNPD dispõe “Do

³⁷ A continuação do artigo diz respeito a situações relacionadas com o ser parte em contrato ou declaração de vontade negocial (alínea a)), cumprimentos de obrigações legais (alínea b)), proteção dos interesses vitais do titular (alínea c)), execução de uma missão de interesse público ou no exercício de autoridade pública (alínea d)) e prossecução de interesses legítimos do responsável pelo tratamento ou de terceiros a quem os dados sejam comunicados, apenas se não devam prevalecer os interesses ou direitos, liberdades e garantias do titular dos dados (alínea e)), as alíneas mencionadas não mencionam a discussão levantada neste estudo.

³⁸ A lei habilitante é fundamento do regulamento. A emissão de regulamentos depende sempre de lei habilitante. Os regulamentos devem indicar expressamente as leis que visam regulamentar ou, no caso de regulamentos independentes, as leis que definem a competência subjetiva e objetiva para a sua emissão – artigo 136.º do CPA, disponível em: www.sigarra.up.pt.

poder de emitir pareceres prévios ao tratamento de dados pessoais, assegurando a sua publicitação”.

Na discussão em causa consideramos pertinente o estipulado no art.º 7.º da Lei de proteção de dados pessoais, relativamente ao tratamento de dados sensíveis quando nos seus números 1 e 2 se afirma o seguinte:

“1. É proibido o tratamento de dados pessoais referentes a convicções filosóficas ou políticas, filiação partidária ou sindical, fé religiosa, vida privada e origem racial ou étnica, bem como o tratamento de dados relativos à saúde e à vida sexual, incluindo os dados genéticos.

2. Mediante disposição legal ou autorização da CNPD, pode ser permitido o tratamento dos dados referidos no número anterior quando por motivos de interesse público importante esse tratamento for indispensável ao exercício das atribuições legais ou estatutárias do seu responsável, ou quando o titular tiver dado o seu consentimento expresso para esse tratamento, em ambos os casos com garantias de não discriminação e com as medidas de segurança previstas no art.º 15.º”.

Face ao exposto desde o início da exposição do nosso estudo, evidenciamos novamente que o foco principal da dissertação é a tensão conflitual entre os direitos constitucionais mencionados: o direito à informação jurídica e a proteção da privacidade individual familiar.

Antes de procedermos à análise e resolução de um conflito de direitos fundamentais, analisaremos alguns conceitos relevantes para a matéria de proteção de dados.

2.3. Os dados pessoais

Ao longo da dissertação são mencionados conceitos como “dados pessoais”, “tratamento de dados pessoais”, “dados sensíveis”, entre outros relacionados com a especificidade do tema da proteção dos dados pessoais e na Lei de Proteção de dados pessoais, Lei 67/98, de 26 de outubro.

Na presente lei, no seu artigo 3.º, existe a concretização dos conceitos mencionados, que corresponde à transposição de uma diretiva comunitária³⁹.

Dados Pessoais, o tema em si está dividido na sua qualificação, implicação jurídica e naquilo que entendemos como dados pessoais.

A Lei n.º 67/98, atribui uma noção de dados pessoais que abrange mais do que apenas o nome das pessoas, considera que qualquer informação, de qualquer natureza, independentemente do suporte, incluindo som e imagem, relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável – Art.º 3º, alínea a)⁴⁰ – consideramos assim que dados pessoais é toda a informação, seja ela de que tipo de natureza, numérica, alfabética, gráfica, fotográfica, acústica ou de qualquer outro tipo, relativa a uma pessoa física identificada ou identificável.

São identificáveis, não apenas aqueles que o próprio titular possa, pelos seus próprios meios identificar, mas que possa ainda identificar com recurso a meios que disponha um terceiro.⁴¹ A título de exemplo, de acordo com a Diretiva 95/46/CE e a Lei da Proteção de Dados, são dados como exemplos de dados pessoais:

- a) Nome
- b) Morada
- c) Dados de identificação
- d) Número de segurança social, contribuinte
- e) Número do bilhete de identidade ou passaporte
- f) Número de cliente de um estabelecimento comercial

³⁹ Diretiva n.º 95/46 do Parlamento e do Conselho de 24 de outubro de 1995, “Ficou assim, concluída a saga da aprovação da diretiva sobre proteção de dados pessoais, que, apesar das contingências observadas no processo de decisão, constitui uma necessidade “inexorável” para a construção do mercado interno e um texto importante e evoluído no que respeita à proteção de direitos fundamentais”, PINHEIRO, Alexandre Sousa – “Privacy e proteção de dados pessoais: a construção dogmática do direito à identidade informacional”, AAFDL, 2015, p.614.

⁴⁰ “«Dados Pessoais»: qualquer informação, de qualquer natureza e independentemente do respetivo suporte, incluindo som e imagem, relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável («titular dos dados»); é considerada identificável a pessoa que possa ser identificada direta ou indiretamente, designadamente por referência a um número de identificação ou a um ou mais elementos específicos da sua identidade física, fisiológica, psíquica, económica, cultural ou social;” – Art.º 3.º, alínea a), Lei n.º 67/98, de 26 de outubro.

⁴¹ Caso dos dados tratados através da comunicação por Internet, os dados do endereço do IP do utilizador, etc.

Relatório de Estágio Curricular: Federação Portuguesa de Futebol

- g) Número de telefone
- h) O email
- i) Uma chapa de matrícula
- j) O som da voz registada para permitir o acesso a uma conta bancária

Todos estes dados⁴², relacionados com uma pessoa permitem identificá-la.

Estamos perante a oportunidade de relacionar e comparar a proteção dada ao Número de Identificação e a proteção dada (ou não) ao número de identificação atribuído através das licenças da FPF, como já evidenciado, o art.º 35.º da CRP proíbe a utilização de um número único que servisse de identificação geral e única para todos os cidadãos. A interconexão de ficheiros de que conste um número geral de identificação deve ser restringido, o acesso a estas informações limitadas e o seu tratamento deve estar sujeito a rigorosas regras de segurança.

Sendo assim, colocamos a questão do porquê de se encontrar em alguns acórdãos do conselho de disciplina, da secção profissional e não profissional, os números das licenças atribuídas pela FPF? Quando esses mesmos números são identificativos da pessoa em causa, a título de exemplo:

“ARGUIDO: Octávio Joaquim Coelho Machado, Diretor-Geral para o Futebol da “Sporting Clube de Portugal, SAD”, titular da Lic.^a 11810.”⁴³

Como constatamos, mais um exemplo, para além do demonstrado supra na apresentação do tema a ser desenvolvido na dissertação, de dados que se encontram

⁴² Cfr. Diretiva 95/46/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de outubro de 1995, relativa à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, Jornal Oficial n.º L 281 de 23/11/1995 p. 0031 – 0050, disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex:31995L0046>

⁴³ Cfr. Conselho de Disciplina, Secção Profissional, Processo n.º 45 – 2015/2016 – Objeto: Declarações prestadas pelo arguido, em 15 de maio de 2016, e divulgadas através dos órgãos da comunicação social, visando o Presidente do Conselho de Arbitragem da Federação Portuguesa de Futebol, Senhor Vítor Pereira. Normas Aplicadas: Artigos 11.º, números 1 e 3, 19.º n.º 1, 112.º n.º 1, 136.º n.º 1 do RDLFPF2015; artigos 11.º números 1 e 3 RDLFPF2016. Decisão: nos termos e com os fundamentos expostos, decide-se condenar o arguido Octávio Joaquim Coelho Machado pela prática da infração disciplinar p. e p. pelo artigo 136.º, n.º 1, conjugado com o art.º 112.º, n.º 1, ambos do RDLFPF2015, na sanção de suspensão de 26 (vinte seis) dias e, acessoriamente, na sanção de multa que se fixa em € 1.380,00 (mil trezentos e oitenta euros), disponível em: <http://www.fpf.pt/pt/Institucional/Disciplina/Sec%C3%A7%C3%A3o-Profissional/Ac%C3%B3rd%C3%A3os>

em acórdãos públicos que identificam o arguido do processo, a descrição da conduta e as normas aplicadas consoante a sanção obtida. Para além do número da licença temos o próprio nome do arguido.

Ainda relativamente aos dados, existem ainda os dados sensíveis, a CRP, a Diretiva 95/46/CE e a Lei de Proteção de Dados, consagram uma proibição geral de tratamento de dados que revestem uma especial sensibilidade, sendo considerados dados sensíveis.

Ainda sobre o art.º 35.º da CRP, os constitucionalistas J. Gomes Canotilho e Vital Moreira⁴⁴:

“Reconhecem-se e garantem-se aqui um conjunto de direitos fundamentais em matéria de defesa contra o tratamento informático de dados pessoais. Essa proteção analisa-se fundamentalmente em três direitos: a) direito de acesso das pessoas aos registos informáticos para conhecimentos dos seus dados pessoais deles constantes (n.º 1); b) direito ao sigilo em relação a terceiros dos dados pessoais informatizados e direito à sua não interconexão (n.º 2); c) direito à proibição de tratamento informático de certos tipos de dados pessoais (n.º 3). A proibição do número nacional único (n.º 5) funciona como garantia daqueles direitos, dificultando o tratamento informático de dados pessoais e a sua interconexão, que seria facilitada com um identificador comum”.

José Marques, antigo Procurador-Geral Adjunto, acrescenta sobre a tutela penal “da proibição cominada pelo n.º 3 do artigo 35.º, remete-se para o preceituado pelo n.º 2 do artigo 181.º do Código Penal que manda punir com prisão até dois anos, “quem processar ou mandar processar dados de carácter pessoal referentes a convicções políticas, religiosas, filosóficas, bem como outras atinentes à privacidade, em infração à lei”⁴⁵.

⁴⁴ CANOTILHO/J. Gomes/MOREIRA, Vital, “Constituição da República Portuguesa”, 2.ª edição, vol. I, 1984, págs. 225 e seguintes.

⁴⁵ MARQUES, José Augusto Sacadura Garcia, “Informática e Vida Privada”, Separata do “Boletim do Ministério da Justiça”, n.º 373, 1988, págs. 22 e seguintes.

Relatório de Estágio Curricular: Federação Portuguesa de Futebol

Importa salientar em termos comparativos que a CRP, foi a primeira Constituição Europeia a integrar um dispositivo especial em matéria de proteção de dados pessoais⁴⁶.

Apesar de toda a proteção conferida aos dados pessoais pela constituição e por toda a restante legislação nacional já mencionada, foi através da criação de uma autoridade administrativa independente⁴⁷, cuja função primordial passava pela proteção dos dados pessoais do cidadão que se iniciou a análise de vários problemas e várias matérias que, ao longo das décadas, impuseram um olhar mais atento à matéria dos dados pessoais. Como já referido, o avanço tecnológico e o rápido e fácil acesso que a internet veio proporcionar evidenciaram algumas questões pertinentes, como a questão que analisamos sobre as bases de dados jurídico-documentais no âmbito do direito sancionatório desportivo.

Relativamente ao conceito de «tratamento de dados pessoais», a Lei 67/98 estipula de forma clara que as operações que consistem no tratamento dados pessoais estão sujeitas, por via de regra, a uma notificação à CNPD, e o tratamento tem de ser levado ao conhecimento desta entidade, mediante envio de um formulário de legalização devidamente preenchido, disponível no site da CNPD, supre mencionado.

O regime de tratamento de dados pessoais acaba por ter várias vertentes, após a identificação do tipo de dados, os mesmos podem ou não estar isentos da notificação à CNPD, bem como os que, segundo as exceções, não são abrangidos pelo regime jurídico de proteção de dados especialmente previsto. Existe ainda o regime a que ficam sujeitos os tratamentos de dados sensíveis, videovigilância,

⁴⁶ A Constituição espanhola de 27 de dezembro de 1978 consagrou um artigo sobre o direito à privacidade (o art.º 18.º n.º 1), e que refere igualmente ao uso da informática no seu número 4, nos Países Baixos existe a referência expressa a proteção de dados pessoais (art.º 10.º da Grondwet, de 24 de agosto de 1815, sofrendo alterações após 2000), na Finlândia, com o art.º 8.º, na Grécia, cujo art.º 9.º (de 1975, que já sofreu alterações em 2001) também se refere à proteção dada aos dados pessoais. Outras constituições europeias apenas consagraram na generalidade um direito de privacidade: como a Bélgica que apenas dispõe de um artigo constitucional que protege o direito à privacidade no geral.

⁴⁷ Desde a Revisão Constitucional de 1977, que o número 2 do artigo 35.º da CRP continha a previsão constitucional de uma autoridade administrativa independente, cuja função seria a proteção dos dados pessoais de todos os cidadãos. Em 1991, foi criada essa entidade, designada por Comissão Nacional de Proteção de Dados Pessoais e Informatizados, sendo instituída em 1994. Desde 1998 que passou a ser conhecida por Comissão Nacional de Proteção de Dados, havendo o seu estatuto sido regulado na Lei de Proteção de Dados Pessoais (Lei n.º 67/98, de 26 de outubro).

tratamento de dados recolhidos por instituições financeiras e de crédito, pela Administração Pública, assim como o regime do tratamento de dados pessoais no setor das comunicações.

2.4. Os princípios fundamentais que regem o tratamento dos dados pessoais

a) Princípio Geral da transparência

A transparência implica que o responsável de um tratamento de dados, deva sempre dar a conhecer ao titular dos dados em causa a realização do tratamento que lhe respeite, mencionados os seus fins, período de conservação dos dados, categorias dos dados tratados, eventuais comunicações dos mesmos.

O princípio da transparência encontra-se no art.º 2.º da Lei 67/98 e o mesmo efetiva-se através dos direitos à informação (art.º 10.º) e acesso (art.º 11.º) relativamente aos direitos do titular dos dados, tendo ainda expressão no dever de notificação dos tratamentos dos dados pessoais à CNPD.

“Sendo a informação, e consequentemente consciência do tratamento, condições para a sua legitimidade, os tratamentos invisíveis de dados pessoais, como os que frequentemente têm lugar associados à utilização da internet, são causa de preocupação”⁴⁸.

b) Princípio da Finalidade

O art.º 5.º⁴⁹ vem estabelecer que os dados recolhidos só podem ser usados para a finalidade determinante da recolha. A determinação em si tem de ser estabelecida

⁴⁸ CASTRO, Catarina Sarmiento, “Direito da Informática, privacidade e dados pessoais”, 2005, p. 229

⁴⁹ Na diretiva 95/46/CE, no seu artigo 6.º, alínea b) vem igualmente previsto o estipulado no art.º 5.º da Lei 67/98. CARVALHO, Orlando de, Direitos de Personalidade (Apontamentos de aulas), 2012, p. 16 e 17, vem mencionar o princípio da finalidade. MONIZ, Helena vem designar este princípio como o princípio da limitação da utilização, em “Notas sobre a Proteção de Dados Pessoais perante a Informática, Revista Portuguesa da Ciência Criminal, Fasc. 2, abril-junho, Ano 7, 1997, p. 232 e seguintes.

Relatório de Estágio Curricular: Federação Portuguesa de Futebol

antes do início do tratamento, o que nos leva a excluir qualquer tipo de fim que não sejam claramente determinados, especificados, vagos ou o seu desconhecimento por parte do titular dos dados. Quando se constitui o tratamento de dados pessoais devem ser especificados os seus fins, que objetivos alcançam⁵⁰.

Resultando do art.º 5.º o exposto, importa também salientar situações em que é possível tratar dos dados recolhidos para uma finalidade, no âmbito de outra finalidade diferente⁵¹.

“De acordo com o já mencionado art.º 28.º da Lei de Proteção de Dados, carece de autorização da CNPD a utilização de dados pessoais para fins não determinantes da recolha. A comissão nacional de proteção de dados é a entidade a que compete avaliar se a nova finalidade de tratamento é, ou não, incompatível com a finalidade para que foram recolhidos os dados pessoais”⁵².

A concertação do conceito de compatível, como mencionado é de discussão, será o conceito alcançado se o titular dos dados conseguisse antecipar que os mesmos poderiam ser tratados para aquela finalidade? Ou quando o tratamento seja necessário para cumprir requisitos de proteção de dados resultantes da Lei?

A Lei estabelece que a autorização apenas possa ter lugar quando a nova finalidade não seja incompatível com a finalidade de recolha.

c) Princípios relativos à qualidade dos dados

O art.º 5.º menciona a qualidade dos dados pessoais, vamos enumerar os princípios que consideramos que concretizem esse respeito pela qualidade das informações tratadas.

⁵⁰ Designado como um outro princípio por alguns autores, “princípio da especificação dos fins: MONIZ, Helena, “Notas sobre a proteção dos dados pessoais perante a informática”, 1997, p. 232 e seguintes.

⁵¹ Decisões da CNPD sobre a matéria. V. o Parecer n.º 2272011 da CNPD, disponível em www.cnpd.pt.

⁵² CASTRO, Catarina Sarmento e, “Direito da informática, privacidade e dados pessoais”, 2005, p.230.

d) Princípio da ilicitude e lealdade

A ilicitude do tratamento é obtida através do cumprimento das regras impostas pela legislação em vigor, a nacional, comunitárias, europeia e internacional a que o tratamento em si poderá estar sujeito.

A lealdade está interligada com o princípio transparência, sendo que existirá uma transparência no tratamento que implicará que o mesmo não seja secreto, não seja mantido em segredo do titular dos dados. O titular tem direito a ser informado, acerca da finalidade do tratamento e da identidade do responsável do tratamento, seja quando as informações são recolhidas, ou no momento da sua transmissão como estabelece o art.º 10.º da Lei 67/98.

A lealdade também se poderá medir pela impossibilidade do titular dos dados não se poder opor à recolha dos mesmos⁵³.

e) Princípio da adequação, pertinência e proporcionalidade

O art.º 5.º, número 1, alínea c), prevê estas qualidades dos dados pessoais.

Os dados pessoais tratados têm de ser os adequados à finalidade para que foram recolhidos ou tratados, contudo, também os próprios dados em si têm de se manifestar relevantes para as finalidades daquele tratamento. Não se pode recolher ou tratar dados que se venham a demonstrar irrelevantes para o tratamento em si, daí a adequação, pertinência e proporcionalidade do tipo de dados face à sua finalidade.

“Deve haver uma correspondência razoável entre dados e tratamento”⁵⁴.

Com este princípio pretende-se que o responsável pelo tratamento dos dados seja capaz de, no final do tratamento ou recolha dos dados, efetuar um juízo sobre a sua própria intervenção e sobre se a extensão dos dados recolhidos é ou não necessária para cumprir a finalidade pretendida? Se não existem entre os dados

⁵³ Sobre isto decidiu a Cour d’appel de Rennes, a 24 de junho de 1986, Decisão publicada em *Expertises*, n.º 91, janeiro, 1987 (apud Morin).

⁵⁴ MURILLO de la CUEVA, Pablo Lucas, “Informática y protección de datos personales, Centro de estudios constitucionales”, Madrid, 1933, p. 66.

recolhidos, alguma parcela dos mesmos que se demonstrem desnecessários e excessivos à finalidade?

Orlando de Carvalho mencionou que “o critério para a necessidade de dados para a tomada de decisão não pode ser meramente subjetivo, antes devendo resultar objetivamente da função em causa. Levantam-se aqui problemas como o de saber se a importância da decisão deve ser considerada, e se pode existir uma relação indireta e longínqua com a tomada de decisão”⁵⁵.

Catarina Castro vem acrescentar que “em todas as suas decisões a CNPD é obrigada a avaliar a qualidade dos dados do ponto de vista referido. Uma destas decisões assume um interesse particular por nela se haver decidido que o tratamento da raça/cor da pele só pode ser pertinente e proporcional quando esteja em causa um tratamento de dados realizado por uma empresa de casting de atores e modelos: a cor da pele/raça pode ser tão determinante quanto, o sexo, para a escolha do ator de uma peça ou de um filme, ou para quem procura modelos para uma campanha publicitária”⁵⁶.

f) Princípio da exatidão e atualização dos dados

Na alínea d) do n.º 1 do art.º 5.º da Lei de proteção de dados pessoais, exige-se a exatidão dos dados e a sua atualização caso seja necessária, para se manter a sua exatidão.

O respeito pelo princípio da exatidão implica que o responsável pelo tratamento esteja obrigado pelo dever de retificação, apagamento ou bloqueio dos dados – art.º 11.º n.º 1 alínea d) da Lei 67/98 – onde se estabelece que o titular dos dados tem o direito de exigir ao responsável pelo tratamento dos dados “a retificação, o apagamento ou o bloqueio dos dados cujo tratamento não cumpra o disposto na presente lei, nomeadamente devido ao carácter incompleto ou inexato desses dados”.

⁵⁵ CARVALHO, Orlando de, “Direitos de Personalidade” (Apontamentos de Aulas), Coimbra, 2012, p. 17.

⁵⁶ Sobre a Autorização n.º 192/2002, no processo n.º 1070/2002 da CNPD. CASTRO, Catarina Sacramento e, “Direito da informática, privacidade e dados pessoais”, 2005, p. 236.

2.5. Os direitos dos titulares dos dados

a) O direito ao esquecimento

“The right to be left alone”⁵⁷, (art.º 5.º, n.º 1, alínea e), estipula que os dados apenas possam ser conservados de forma a permitir a identificação dos seus titulares durante o período estritamente necessário para que a sua finalidade seja alcançada ou do tratamento posterior.

Sabemos que com o avanço da tecnologia e a internet, o mundo do esquecimento é agora uma realidade quase que impossível, daí a necessidade de haver uma delimitação temporal da conservação dos dados. Relativamente a informação negativa sobre o titular dos dados, há que tentar garantir que essa informação sobre o titular não esteja disponível na íntegra para sempre, de modo a que possa perseguir o titular dos dados durante o resto da sua vida. No entanto, apesar dos esforços para que haja essa restrição à informação, o processo de “esquecimento” é cada vez mais complicado devido à realidade dos dias que correm da circulação de informação na internet.

Só a definição de um tempo de conservação dos dados pode impedir a “apropriação perpétua de amplas facetas da vida pessoal”⁵⁸.

Quando a Lei n.º 67/98 seja responsável pela criação de um tratamento de dados pessoais, deve definir o período de conservação dos mesmos, respeitando esse direito ao esquecimento do titular dos dados pessoais.

Com a estipulação de um prazo, os dados têm de ser apagados pelo responsável pelo tratamento como se refere a alínea d) do n.º 1 do art.º 11.º da Lei de

⁵⁷ Expressão que remete aos primórdios da legislação sobre proteção de dados pessoais, de WARREN, Samuel/BRANDEIS, Louis, “The right of privacy”, Harvard Law Review, Vol. IV, n.º 5, 15 december 1890. Estes dois estudantes de Harvard vêm reclamar um direito de personalidade que até à data apenas o tinha sido considerado direito, jurisprudencialmente, mediante o recurso a violação do direito de propriedade privada, à violação de confidencialidade, da confiança, ou de uma obrigação do tipo contratual.

⁵⁸ MURILO de la CUEVA, Pablo Lucas, “Informática y Protección de Datos Personales”, 1933, p.69.

Relatório de Estágio Curricular: Federação Portuguesa de Futebol

proteção de dados, gozando dessa forma o direito do titular dos dados ao esquecimento.

Uma das exceções permitidas pela Lei de proteção de dados, consta no número 2 do art.º 5.º, quando a CNPD poderá autorizar a conservação de certos dados para fins históricos, estatísticos ou científicos por período superior ao necessário para prossecução das finalidades de recolha, quando haja interesse legítimo e, mediante requerimento do responsável pelo tratamento. Esta possibilidade estará sempre dependente de análise da CNPD, ao abrigo do disposto no número 2 do art.º 5.º e no número 1, alínea c), da Lei de proteção de dados.

b) Direito à curiosidade

Acreditamos que todos têm direito de questionar quem seja, independentemente da entidade, no sentido de saber se dispõe de dados pessoais acerca da sua pessoa⁵⁹.

Este direito do titular dos dados não servirá apenas para saciar a curiosidade do mesmo, mas, para que o próprio possa exercer dessa forma todos os seus outros direitos, por exemplo, para que possa exigir ao responsável pelo tratamento a reificação de certos dados que se encontrem desatualizados, para que o titular dos dados possa se opor a pertinência de certos dados recolhidos com base na finalidade para os quais os mesmos estão a ser recolhidos, etc.

c) Direito de informação

O art.º 10.º da Lei vem evidenciar que o titular dos dados não pode estar perante um total desconhecimento da recolha ou tratamento dos seus dados pessoais.

O titular dos dados tem de ser informado acerca da realização do tratamento e suas características antes da sua realização.

Para que o dever de informação esteja cumprido, o titular terá de estar informado do seguinte, quando os dados sejam diretamente recolhidos:

⁵⁹ Marie-Pierre/HAAS, Gérard, “Internet et Protección de Données Personnelles”, p.50

- Identidade do responsável pelo tratamento de dados pessoais;
- As finalidades do tratamento;
- O carácter obrigatório ou facultativo das respostas e as consequências da falta de resposta;
- Os destinatários dos dados;
- A existência de direito de acesso e retificação dos dados;
- As condições em que estes direitos podem ser exercidos.

As indicações mencionadas supra têm de estar expressamente indicadas nos documentos que efetuam a recolha, é a única forma de garantir que o titular dos dados foi devidamente informado, ou seja, que o dever de informação foi efetivamente cumprido por parte do responsável do tratamento.

O direito de informação mantém-se quando o responsável pelo tratamento dos dados queira utilizar os mesmos, para uma finalidade diferente do que a que estava estipulada, o titular dos dados apenas terá conhecimento da finalidade primária e não desta segunda intenção por parte do responsável, tendo de ser informado – a lei não o diz expressamente.

Catarina Castro afirma que “deve entender-se que quando o art.º 10.º da Lei de Proteção de Dados, alínea b), impõe ao responsável pelo tratamento que informe o titular dos dados acerca da sua finalidade, esta informação terá de ser renovada quando a finalidade do tratamento se modifique. O mesmo se diga, quando, se altere a identidade dos destinatários dos dados. Parece, no entanto, que não há necessidade de repetir toda a informação já anteriormente transmitida, uma vez que a alínea a) do n.º 1 do art.º 10.º estabelece que o dever de informação não existe quando as informações já forem conhecidas pelo titular”⁶⁰.

⁶⁰ CASTRO, Catarina Sarmento e, “Direito da informática, privacidade e dados pessoais”, 2005, p. 244.

Relatório de Estágio Curricular: Federação Portuguesa de Futebol

Quando os dados forem indiretamente recolhidos, o número 3 do art.º 10.º estipula que se os dados não forem obtidos junto do titular, o responsável do tratamento tem na mesma a obrigação de informar o titular, das mesmas informações disponibilizadas quando a recolha é feita de forma direta, no momento do registo dos dados, ou, caso esteja prevista a comunicação a terceiros, até ao momento da primeira comunicação.

Se os dados forem obtidos através da internet, o titular deve ser na mesma informado, neste caso, de que os seus dados pessoais podem circular na rede sem condições de segurança, correndo o risco de serem vistos e utilizados por terceiros não autorizados (número 4 do art.º 10.º)⁶¹.

d) Direito de acesso

O art.º 11.º atribui ao titular dos dados um direito de acesso permanente aos seus próprios dados, independentemente da entidade que esteja a efetuar o seu tratamento, e sem a necessidade de que o titular tenha de apresentar qualquer tipo de fundamentação para que lhe seja facultado esse acesso aos seus dados pessoais – “droit de regard” – direito a olhar.

Existem algumas semelhanças ao direito da curiosidade já exposto, no entanto, o titular dos dados numa primeira fase tem o direito a saber se informações suas são tratadas (art.º 11.º, n. 1.º, alínea a), 1.ª parte), tendo depois o direito de lhes aceder.

Este acesso garantido aos titulares serve para que os mesmos consigam, caso necessário, a retificação dos dados pessoais inexatos, incompletos ou equívocos, e a sua atualização caso se encontrem desatualizados.

A CNPD tem como obrigação assegurar o acesso aos dados, bem como o direito de retificação e atualização dos mesmos, como previsto na alínea g), do número 1, do art.º 23.º.

⁶¹ Entendimento de CASTRO, Catarina Sarmiento e, “Direito da informática, privacidade e dados pessoais”, 2005, p. 245.

O direito de acesso aos dados pessoais pode ser efetuado de forma direta ou indireta, sendo que o que distingue estas duas formas é a permissão dada ao titular dos dados em obter, ele próprio, do responsável pelo tratamento, a confirmação de que os seus dados são objeto de tratamento, etc.; e no acesso indireto, o titular não poder, por si mesmo, ter acesso aos dados, caso em que a confirmação ou a comunicação das informações apenas pode ter lugar através da mediação de um terceiro⁶².

e) Direito de retificação e atualização

Na alínea d), número 1, do art.º 11.º da Lei n.º 67/98, de 26 de outubro, consagrou-se o direito de retificação e atualização, o titular dos dados pode exigir ao responsável do tratamento que corrija e/ou atualize os dados que se encontrem em violação do princípio da exatidão e atualização dos dados. As informações que estejam inexatas têm de ser retificadas, as que estão incompletas, completadas, se equívocas, clarificadas, caso estejam desatualizadas têm de ser atualizadas.

Este dever do responsável do tratamento, e direito do titular dos dados advém do art.º 5.º da Lei de proteção de dados, “os dados pessoais devem ser exatos e, se necessário, atualizados, devendo ser tomadas as medidas adequadas para assegurar que sejam apagados ou retificados os dados inexatos ou incompletos”.

O não cumprimento, por parte do responsável do tratamento, constitui uma contraordenação prevista no art.º 38.º, n.º 1, alínea b), da Lei de proteção de dados.

Importa salientar que apesar de o titular dispor do direito, de exigir ao responsável a retificação e atualização dos dados, o responsável tem o dever de o fazer, por sua própria iniciativa, ou seja, mesmo que o respetivo titular desconheça a situação, sempre que se verifique que os dados são imprecisos, incompletos, equívocos ou desatualizados.

⁶² CASTRO, Catarina Sarmento e, “Direito da informática, privacidade e dados pessoais”, 2005, p. 248.

f) Direito de apagamento ou bloqueio de dados

Se o titular, após exercer o seu direito de acesso constatar que existem alguma irregularidade⁶³, pode exigir ao responsável pelo tratamento o seu apagamento ou bloqueio. Com base nessa queixa e pedido efetuado ao responsável, a CNPD tem vindo a ordenar o apagamento de certos dados ilicitamente tratados⁶⁴.

g) Direito de não se ficar sujeito a uma decisão individual automatizada

A Lei n.º 67/98, vem atribuir ao titular dos dados o direito “a não ficar sujeito a uma decisão que produza efeitos na sua esfera jurídica ou que a afete de modo significativo, tomada exclusivamente com base num tratamento automatizado de dados destinado a avaliar determinados aspetos da sua personalidade, designadamente a sua capacidade profissional, o seu crédito, a confiança de que é merecedora ou o seu comportamento”⁶⁵ – o art.º 13.º vem deste modo criar uma proibição relativa à tomada de decisões individuais automatizadas, apenas ressalvada nos termos do n.º 2 e 3.

O art.º 13.º não vem proibir a utilização de operações de “triagem” e seleção, utilizadas a partir de um tratamento automatizado de dados pessoais, esses mecanismos são essenciais para o fornecimento de informação, no entanto, devem ser utilizados como uma ajuda para a tomada de decisão e não, como único meio para encontrar a solução.

O número 2 do artigo vem ressaltar que esses mecanismos são permitidos, desde que hajam “medidas adequadas que garantam a defesa dos seus (titulares dos

⁶³ CASTRO, Catarina Sarmiento em “Direito da informática, privacidade e dados pessoais”, 2005, p.251, estabeleceu que essas irregularidades seriam: “que os dados que lhe respeitam constam de um tratamento de forma inexata, ou que são conservados para além do prazo definido pela lei, pela CNPD, ou pelo prazo que resulte da aplicação da alínea e) do n.º 1 do art.º 5.º da Lei de Proteção de Dados, que estabelece que os dados não devem ser conservados para além do necessário, tem o direito de obter do responsável pelo tratamento o seu apagamento ou bloqueio (art.º 11.º n.º 1 alínea d)).

⁶⁴ A CNPD já procedeu ao bloqueio de dados, título de exemplo: Deliberação n.º 165/2001 (tratamento de dados relativo a cartão de compras).

⁶⁵ A lei portuguesa não criou uma definição para “conjunto de razões ponderosas e legítimas”, essa solução terá de ser encontrada caso a caso, procedendo-se a uma ponderação que equacione o interesse do titular dos dados com o interesse do responsável.

dados) interesses legítimos, designadamente o seu direito de representação e expressão”.

h) Direito de oposição

Disposto no art.º 12.º da Lei de proteção de dados, é um direito que vem atribuir ao titular a possibilidade de se opor ao tratamento dos seus dados pessoais, com base em razões ponderosas e legítimas relacionadas com a sua situação particular⁶⁶.

“O direito de oposição é uma consequência do direito que cada cidadão deve ter de controlar o uso que é feito dos seus dados pessoais, é, por isso, manifestação do direito à autotutela declarativa. Deve ser entendido no sentido de possibilitar ao titular dos dados a recusa a responder a um inquérito, a uma sondagem, ou a qualquer pedido de informação (oposição à recolha), mas também no sentido de admitir que o titular possa opor-se a que dados pessoais cujo fornecimento não dependa de si (e sejam, por isso, objeto de recolha indireta) sejam tratados, como nos casos de dados comunicados a terceiros para fins de marketing (oposição à comunicação)”⁶⁷.

Caso a oposição seja legítima, o tratamento realizado pelo responsável fica impossibilitado de incidir sobre essas informações, alínea a), art.º 12.º da Lei n.º 67/98.

i) Direito da informática, privacidade e dados pessoais

Como já referido supra, tratamento de dados sensíveis depende de permissão legal, ou autorização da CNPD, devido à proibição geral do tratamento de dados

⁶⁶ CASTRO, Catarina Sarmiento e, “Direito da informática, privacidade e dados pessoais”, 2005, p. 252.

⁶⁷ CASTRO, Catarina Sarmiento e, “Direito da informática, privacidade e dados pessoais”, 2005, p. 254.

sensíveis. O consentimento⁶⁸ do titular dos dados para o tratamento de dados sensíveis, é condição para essa autorização.

O consentimento tem de ser expresso, como prevê tanto a Constituição no seu n.º 3, do art.º 35.º, como a Lei n.º 67/98, de 26 de outubro, no seu n.º 2, do art.º 7.º.

2.6. Os deveres do responsável pelo tratamento

Como conclusão deste ponto sobre os dados pessoais e as suas especificidades quanto ao seu tratamento, titular dos dados e responsável pelo tratamento dos dados pessoais obtidos, falta-nos analisar as obrigações que recaem sobre o responsável pelo tratamento.

As obrigações do responsável são geradas através dos princípios, deveres e direitos do titular dos dados, obrigações essas mencionadas ao longo dos últimos pontos.

De forma breve, algumas das obrigações que nos faltam mencionar e as já mencionadas:

- Obrigação de legalizar os tratamentos realizados, junto da CNPD – art.º 27.º da Lei n.º 67/98, de 26 de outubro.
- Obrigação de prestar informações ao titular dos dados – art.º 10.º da Lei.
- Obrigação de garantir o acesso, correção e eliminação dos dados pessoais pelo titular – art.º 11.º da Lei – deverá garantir o exercício desses direitos, de forma livre e sem restrições, com periodicidade razoável e sem demoras ou custos excessivos.
- Obrigação de garantir o exercício do direito de oposição de forma gratuita – art.º 12.º da Lei de proteção de dados.

⁶⁸ O «consentimento» é definido pela alínea h), do art.º 3.º da Lei de proteção de dados, “qualquer manifestação de vontade, livre, específica e informada, nos termos da qual o titular aceita que os seus dados pessoais sejam objeto de tratamento”.

- Obrigação de não recolher dados em violação do princípio de lealdade, por meios fraudulentos, desleais ou ilícitos.
- Obrigação de respeito à proibição geral de tratamento de dados sensíveis, fora os casos estabelecidos na lei (consentimento do titular, existência de lei autorizante, autorização da CNPD, nos casos previstos).
- Obrigação de respeito pelo prazo estabelecido de conservação das informações, “conservados de forma a permitir a identificação dos seus titulares apenas durante o período necessário para a prossecução das finalidades da recolha ou do tratamento posterior” – art.º 5.º, n.º 1, alínea e) obrigação de garantir a segurança do tratamento – art.º 14.º e 15.º - “pondo em prática medidas técnicas e organizativas adequadas a proteger os dados pessoais, contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizados, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito”⁶⁹.
- Obrigação de sigilo profissional, mesmo após o termo das suas funções, obrigação que decorre do disposto no art.º 17.º da Lei n.º 67/98.
- Obrigação de colaboração com a CNPD – art.º 24.º da Lei de proteção de dados – o responsável é obrigado a prestar informações, no exercício das suas funções, caso seja solicitado pela CNPD.

3. A publicação das decisões disciplinares do Conselho de Disciplina da Federação Portuguesa de Futebol: solução apresentada e explicação.

3.1. O nosso entendimento

Após o que já foi exposto, relativamente a proteção constitucional, ao entendimento da CNPD face à primeira questão colocada sobre a temática pelo Ministério da Justiça, aos deveres e obrigações dos responsáveis pelos tratamentos e

⁶⁹ CASTRO, Catarina Sarmento e, “Direito da informática, privacidade e dados pessoais”, 2005, p.264.

Relatório de Estágio Curricular: Federação Portuguesa de Futebol

dos direitos dos titulares dos dados, o entendimento deste estudo recai sobre a necessidade do total anonimato nas decisões publicitadas na página oficial da FPF.

Como já mencionado, o desenvolvimento da internet exige que se consiga compatibilizar o direito do indivíduo ao exercício das suas liberdades com a proteção dos seus direitos. Neste caso, o exercício do seu direito à informação jurídica, sem colocar em causa o direito à intimidade da vida privada de qualquer outro cidadão.

Há uma enorme necessidade em limitar o acesso, o conteúdo, o tratamento e a difusão dos dados de natureza pessoal, mais importante ainda, os dados de natureza irrelevante para a concretização do direito à informação jurídica.

“A privacidade destina-se a salvaguardar o indivíduo, e a segurança a salvaguardar os dados”⁷⁰.

Sem qualquer tipo de interesse em analisar os sistemas de segurança que contêm os dados pessoais, a única coisa que nos releva salientar é a permanente constante de possibilidade de falha nesses sistemas, a chamada componente humana que está presente e se torna uma possível falha dos sistemas de segurança.

Fora essa constante, depende da FPF, o respeito pela intimidade da vida privada e a proteção dos dados pessoais, dos intervenientes expostos nas decisões integrais do Conselho de Disciplina, publicadas o site oficial da FPF.

A CNPD, na sua deliberação n.º 84/98, veio concluir o seguinte:

- O Direito à Informação jurídica constitui direito fundamental dos cidadãos expressamente constante no art.º 20.º, n.º 2 da CRP, concretizado pelo Dec. Lei 387-B/87, de 29/12;
- Compete ao Governo, de forma permanente e planeada, implementar as ações tendentes a tornar conhecido o direito e o ordenamento legal, quer através de publicações, quer de quaisquer outras formas de comunicação, nomeadamente a constituição de bases de dados jurídico-documentais;

⁷⁰ “Computer Weekly” – 13 de junho de 1974

- Deve o Ministério da Justiça proceder à regularização de tais bases de dados jurídico-documentais junto desta Comissão, tendo em conta o disposto na legislação sobre a proteção de dados pessoais;
- A fim de se evitar a eventual tensão entre direitos constitucionais fundamentais – o direito à informação jurídica e a salvaguarda da privacidade individual e familiar – daquelas bases de dados não deverão constar quer a identificação das pessoas em causa, quer qualquer outro dado ou informação suscetível de levar à sua identificação, sem grande esforço ou demora;
- Sendo certo que tais dados pessoais de todo inadequados e excessivos atenta a finalidade de informação que as enforma;

Mais tarde, e após a publicação da Lei n.º 67/98, sobre a proteção dos dados pessoais, a Secretaria de Estado da Justiça solicitou novamente à CNPD um parecer sobre o projeto de diploma que regulamentava a base de dados jurídico-documentais.

A resposta a essa solicitação baseou-se no parecer já emitido, n.º 84/98, de 1/10 que, posteriormente, como já mencionado levou à publicação da Lei n.º 67/98, e a aprovação pelo Conselho de Ministros da Resolução n.º 138/98, de 13/11, que aprovou o “Programa de Informatização Judiciária”.

As questões que se colocaram relativamente ao projeto de diploma que regulamenta a base de dados jurídico-documentais, visavam a concretização do proposto pelo “Programa de Informatização Judiciária” – aperfeiçoamento das bases de dados jurídicas do Ministério da Justiça, visando a sua consolidação, melhorando o seu processo produtivo, envolvendo os restantes tribunais superiores e simplificando os mecanismos de acesso.

Apesar dos pareceres terem sido solicitados em datas distintas, em anos distintos, a preocupação sobre a seleção, tratamento, arquivamento e apresentação das decisões judiciais nos sistemas automatizados de documentação jurídica, mantinha-se.

As conclusões obtidas através do parecer n.º 84/98, são a base da defesa da seguinte posição:

Relatório de Estágio Curricular: Federação Portuguesa de Futebol

De acordo com o art.º 8.º do RJFD, articulado com a Lei n.º 67/98, como o número 2 do próprio artigo indica “Na publicidade das decisões referidas na alínea b) (as decisões integrais dos órgãos disciplinares ou jurisdicionais e a respetiva fundamentação) do número anterior deve ser observado o regime legal de proteção de dados pessoais, a FPF não respeita o regime legal de proteção de dados pessoais”.

A CNPD defende a intimidade da vida privada no caso da disponibilização na internet das decisões judiciais, é de nosso entendimento que as decisões “integrais dos órgãos disciplinares ou jurisdicionais e a respetiva fundamentação”, disposto na alínea b), no número 1, do art.º 8.º do RJFD, se coaduna neste conceito de “decisões judiciais” – relembrando um dos pontos conclusivos do parecer da CNPD sobre esta matéria: “A fim de se evitar a eventual tensão entre direitos constitucionais fundamentais – o direito à informação jurídica e a salvaguarda da privacidade individual e familiar – daquelas bases de dados não deverão constar quer a identificação das pessoas em causa, quer qualquer outro dado ou informação suscetível de levar à sua identificação, sem grande esforço ou demora”.

Posto isto, se se exige a anonimização nos tratamentos automatizados de dados pessoais, no âmbito de processos-crime, ações cíveis e outros acórdãos em que haja informação identificada ou identificável que respeite a intimidade da vida privada dos intervenientes – é para nós uma não questão que nos acórdãos do conselho de disciplina e do conselho de justiça da FPF, se encontrem os dados pessoais (identificáveis) dos sujeitos processuais e demais intervenientes (como testemunhas, equipas de arbitragem, etc.).

A CNPD, deixa bem claro, ao logo dos seus dois pareceres aqui mencionados a sua posição, nos tratamentos automatizados de decisões dos tribunais e outras bases de dados jurídico-documentais que identifiquem as partes, as vítimas ou demais intervenientes processuais, que contêm dados pessoais, com informação extremamente sensível, devem ser eliminadas de tais suportes. Entrando no campo da comparação, face ao não desenvolvimento até hoje de uma preocupação perante o cumprimento do art.º 8.º do RJFD, consideramos e reiteramos a nossa posição, em considerar que as decisões disciplinares se enquadram na descrição da CNPD e merecem a mesma e exata preocupação e proteção.

Quando mencionamos que as referências identificativas devem ser retiradas/mantidas no anonimato, que deverá haver no futuro um mecanismo de garante à proteção da intimidade da vida privada e dos dados pessoais nas decisões disciplinares, nunca colocamos em causa que essa proteção venha diminuir, de que forma seja, o direito constitucional de “acesso à informação jurídica”, como já mencionado na fase inicial de exposição do tema⁷¹.

O direito constitucional tem de se encontrar assegurado, no entanto, há que se estabelecer um equilíbrio entre o mesmo e o respeito pela intimidade da vida privada e pela proteção dos dados pessoais, direitos esses, também consagrados constitucionalmente, sem nunca colocar em causa a obrigatoriedade de publicação das decisões.⁷²

No entendimento deste trabalho, e de acordo com a CNPD, o direito à informação jurídica não é prejudicado com a anonimização dos dados pessoais relativos aos intervenientes – sendo que apenas é retirada a informação relativa à identidade dos intervenientes, o cidadão comum que procure informação “jurisprudencial” sobre decisões disciplinares, continua a ter ao seu dispor a informação necessária para conhecer a aplicabilidade do direito disciplinar.

Na deliberação n.º 84/98, a CNPD vem expor de forma clara e descomplicada que nesta questão em concreto, sobre a utilização de nomes ou de qualquer outro tipo de referência identificativa em decisões judiciais públicas, estava “facilitada a resolução de tal conflitualidade, por de todo e, com alguma facilidade, ser o mesmo ultrapassável e evitável até”.

Afirmando que bastará que das bases de dados jurídico-documentais, jurisprudenciais, “não conste identificação das pessoas em causa ou qualquer outro dado suscetível de levar, sem esforço, àquela identificação, qual sejam o local ou as

⁷¹ Cfr. com Capítulo relacionado com a Legislação Nacional e Proteção Constitucional, da matéria de proteção de dados pessoais.

⁷² Não esquecendo que existe sempre um dever legar de publicitação da atividade das federações desportivas (reforçado pela sanção prevista na alteração ao RJFD, realizada pelo Decreto-lei n.º 93/2014, de 23 de junho), que estas devem promover através da sua disponibilização das respetivas páginas na internet.

Relatório de Estágio Curricular: Federação Portuguesa de Futebol

datas em que os factos ocorreram, as residências das pessoas em causa ou outros idênticos”, entendimento da CNPD na deliberação n.º 84/98.

Não será difícil considerarmos desnecessário todo aquele tipo de informação.

A realidade futebolística prepara-nos para outra realidade, com a publicação das decisões disciplinares, sejam elas de secção profissional ou não profissional, a informação não é de todo desnecessária.

Há que ter a noção realística de que o mundo desportivo, o mundo futebolístico é extremamente mediático, para além de ser um desporto de massas na Europa que consegue movimentar milhões de pessoas, facto esse, que leva a que o desporto e as decisões disciplinares estejam por debaixo de um grande escrutínio, visto que as mesmas podem condicionar a atividade desportista.

A informação necessária numa decisão disciplinar será sempre a sanção aplicável e a quem é aplicada. Quando nos referimos às publicações integrais das decisões, referimo-nos à publicação integral de um texto onde se encontram todas as circunstâncias do processo disciplinar, da conduta, da fundamentação, dos intervenientes, etc. – informação essa que não interessa ao clube adversário.

As circunstâncias da sanção disciplinar, o que levou à sanção disciplinar de um jogador, técnico, dirigente, etc., não representam interesse legítimo para o adversário, apenas a sanção em si.

A sanção, de um jogador por dois jogos, por exemplo, representa o conhecimento prévio das equipas adversárias que esse jogador não irá jogar nos dois jogos seguintes, esse conhecimento em si é que releva pertinência.

A sanção disciplinar, é relevante para um adversário, se socorrermos a uma lógica primária de competitividade “Se o melhor jogador da equipa adversária tiver sido castigado, não jogando na jornada seguinte contra mim. Posso à partida construir o meu jogo com a certeza, de que o melhor jogador não irá jogar”; ou “Se o jogador x está castigado, ficando impossibilitado de jogar no jogo seguinte contra mim. Caso

jogue, posso vir a ser beneficiado face a esse incumprimento de sanção disciplinar do clube adversário”⁷³.

Como podemos constatar, numa lógica muito simples, é de interesse generalizado saber as sanções disciplinares atribuídas a outros participantes, do mesmo campeonato que “eu”.

No entanto, o conhecimento das sanções disciplinares aplicáveis, sejam elas, por exemplo, multas ou suspensão por “x” período de tempo, não implica que haja algum tipo de necessidade, ou interesse legítimo, em imputar a essas sanções as condutas sancionáveis que levaram a essa decisão pelo conselho disciplinar.

Ou seja, do interesse na decisão concreta, não advém o interesse legítimo em se saber o porquê do jogador (mais uma vez a título de exemplo, poderão ser dirigentes, técnicos, equipas de arbitragem, delegados da liga, etc.) ter sido sancionado.

Deste modo, na lógica deste estudo, elaboramos algumas linhas de orientação sobre a proteção dos dados pessoais nas publicações de decisões disciplinares ou jurisdicionais no site da FPF, como equilibrar o direito de todos os cidadãos à transparência judicial, ao acesso às decisões judiciais e o resguardo da privacidade e intimidade da vida privada dos intervenientes.

A questão que se coloca, e que fora já colocada à CNPD, é a da difusão de informação judicial na internet e a sua compatibilidade com a transparência e a proteção dos dados pessoais.

A publicidade e a transparência das decisões são obrigatórias, por força do art.º 8.º do RJFD. Mas, o tratamento de dados pessoais deve ser feito de forma segura, respeitando os direitos à intimidade e privacidade do cidadão.

Referimo-nos a cidadão pois, apesar da notoriedade de um jogador de futebol, da exposição pública de um árbitro na primeira liga ou de qualquer dirigente ou equipa

⁷³ Art.º 54.º do Regulamento Disciplinar da Federação Portuguesa de Futebol

Relatório de Estágio Curricular: Federação Portuguesa de Futebol

técnica, todos são cidadãos, todos merecem a mesma proteção e dispõem dos mesmos Direitos, Liberdades e Garantias, Direitos e Deveres Fundamentais⁷⁴.

A pesquisa que se pode efetuar através do site da FPF, na secção institucional do Conselho de Disciplina, onde se encontram publicados todas as decisões disciplinares que remontam não só à época presente, para além de trazer uma publicidade profunda dos processos e decisões, acaba também por provocar graves prejuízos à intimidade e privacidade daqueles que se encontram expostos nessas publicações, sem merecerem a mesma tutela dada às decisões judiciais das bases de dados jurídico-documentais, jurisprudenciais, presentes na DGSJ.

Analisando a seguinte hipótese:

“António Bernardo, portador da licença da FPF n.º 123456, jogador do Campolide Futebol Clube, na qualidade de testemunha vem afirmar que viu o seu colega de equipa, Carlos Daniel, portador da licença n.º 78900, jogador do Campolide Futebol Clube, a consumir bebidas alcoólicas dentro do balneário, juntamente com qualquer tipo de medicamento que não conseguiu identificar. Acabando por sofrer agressões no local, provocadas pelo seu colega, que lhe gritou “Tu não viste nada, é bom que estejas calado”⁷⁵.

Esta decisão seria publicada, tal como está, na íntegra, no site da FPF, na secção respetiva, com nomes, os números das licenças e o nome do clube. Quando apenas será do interesse tanto das partes, como dos outros sujeitos interessados na decisão disciplinar, a sanção em si aplicável e não as circunstâncias que levaram ao sancionamento da conduta do jogador “Carlos Daniel”. Ou seja, poderia ser apenas publicitado no site da FPF, a decisão integral, mas sem qualquer tipo de identificação das pessoas em causa ou qualquer outro dado suscetível de levar, sem esforço, àquela identificação, nem a colocação de algum tipo de artigo do RDFPF ou do RDLFPF que pudesse indicar o tipo de conduta sancionada e; posteriormente ou anteriormente

⁷⁴ Constituição da República Portuguesa, art.º 13.º “1. Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei; 2. Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual”.

⁷⁵ Este exemplo é fictício, foi criado de modo a servir a ideia a ser defendida.

à publicação do acórdão, um comunicado onde estaria visível, por exemplo, o seguinte:

“Carlos Daniel – sancionado por “x” jogos e numa multa de valor “x””.

Mantendo dessa forma a finalidade máxima da necessidade de publicitação das decisões disciplinares (para além da transparência) – o direito de informação e difusão de informação jurídica de qualquer cidadão, interessado.

A decisão integral, sem qualquer tipo de anonimato, seria facultada às partes caso demonstrassem interesse para tal, pelo conselho de disciplina (caso o mesmo considere viável manter em armazenamento, as duas versões, as com as referências nominativas/identificativas e a versão sem as mesmas, para fins de publicação no site oficial da FPF). Para além da falta de proteção dos dados pessoais, publicitados nas decisões e no exemplo dado, existe ainda uma outra questão a analisar.

O jogador fictício, António Bernardo, integra esta decisão disciplinar na qualidade de testemunha (e imaginando-se possível denunciante). Esta decisão disciplinar vem sancionar o seu colega, colocando-o desta forma numa situação delicada em que, para todos os efeitos sendo a decisão pública, qualquer colega seu ou até futuro colega seu, poderá ficar a saber que o “António Bernardo” foi delator de um colega e que por causa do seu testemunho (ou denúncia), ou seu colega foi prejudicado e sancionado.

Poderá a FPF afirmar que, com a efetiva exposição dos titulares dos dados, sejam eles autores, testemunhas, etc., de um processo disciplinar, os mesmos não possam vir a ser prejudicados no futuro devido às informações/circunstâncias presentes nessas decisões disciplinares?

Ou seja, com base novamente no exemplo do António Bernardo e do Carlos Daniel.

Não poderá o António Bernardo, vir a ser prejudicado, numa contratação futura ou na sua carreira profissional, ou até na sua vida privada face ao

Relatório de Estágio Curricular: Federação Portuguesa de Futebol

descontentamento ou condenação, por parte de alguns, da sua atitude de delator face a um colega?

Ou, não poderá o Carlos Daniel, vir a ser prejudicado, numa contratação futura ou na sua carreira profissional, devido ao facto de ter agredido um colega de equipa e de demonstrar um comportamento anormal, de consumo de álcool nas instalações desportivas? Ou vir a ser prejudicado na sua vida pessoal, e sofrer algum tipo de ofensa à integridade física como represália por ter agredido um colega de equipa?

Não nos cabe a nós, afirmar ou desmentir que as circunstâncias deste exemplo, que claramente se consegue adaptar a variados acórdãos do conselho de disciplina, são reflexo de situações pontuais ou não, no entanto, cabe-nos afirmar que é necessária uma adequação deste processo de publicação das decisões, por parte da FPF.

A exposição pública de certas e determinadas condutas, presentes nas decisões disciplinares, podem trazer prejuízo à intimidade e privacidade do cidadão, sendo a melhor forma de solucionar esta questão, o anonimato total dos intervenientes na publicação das decisões integrais dos órgãos disciplinares ou jurisdicionais da FPF.

A Lei n.º 67/98, na aplicabilidade ao tema em discussão, tem como fim o respeito à intimidade das partes, dos intervenientes, ao fazerem-se públicas as decisões (como as sentenças judiciais), deverão omitir-se os dados pessoais quando constituam informação sensível que merece ser tratada como a informação constante nas sentenças judiciais.

A nossa recomendação à FPF é a do anonimato⁷⁶ e supressão dos nomes⁷⁷ de todos os intervenientes em processos disciplinares, sendo dessa forma respeitados os direitos constitucionalmente protegidos⁷⁸ e a Lei n.º 67/98, sobre proteção de dados

⁷⁶ Todo o tratamento de dados pessoais que implique que a informação que se obtenha não possa associar-se a pessoa determinada ou determinável.

⁷⁷ Nos Estados Unidos da América do Norte, existe o costume judicial de proteger as partes que, mediante a solicitação, requerem a substituição dos seus nomes em processos judiciais pelos seus pseudónimos.

⁷⁸ O art.º 35.º da CRP – que incumbe à lei ordinária a regulação da definição da noção de dados pessoais e as condições respeitantes ao seu tratamento automatizado, conexão e transmissão e utilização, fluxos transfronteiriços, formas de proteção; o Art.º 20.º, de que todos temos direito ao acesso à informação jurídica.

personais, juntamente com o art.º 8.º do RJFD, é a forma encontrada por nós, com base nos pareceres da CNPD, de harmonizar os institutos da intimidade e da privacidade com a obrigatoriedade de publicidade das decisões disciplinares e jurisdicionais.

Uma outra questão relevante que surge face à disponibilização das decisões integrais, com as referências identificativas, é a de que qualquer cidadão, mesmo que não seja parte interveniente do processo em si, poderá efetuar uma espécie de base de dados pessoal, sobre a conduta disciplinar de um certo e determinado jogador (a título de exemplo), ao longo de vários anos, ao longo da sua carreira. Tendo assim em sua posse, um historial disciplinar que poderá vir a ser colocado em público com o propósito de denegrir a sua imagem como profissional e de atentar dessa forma, contra o seu direito à intimidade e vida privada. Estamos perante a realidade de que qualquer interveniente, mencionado num processo do conselho disciplinar da FPF, tenha a sua privacidade e intimidade devassadas por qualquer indivíduo que tenha acesso a uma simples rede de internet, sem qualquer esforço.

A FPF, de acordo com a CNPD, como responsável pelo tratamento tem a responsabilidade de efetuar a sua adaptação e cumprimento das normas constantes no ordenamento jurídico português, de acordo com as indicações da CNPD.

Não sendo o processo de “anonimização” dos dados dos intervenientes processuais cumprido, a FPF deve, nos termos da Lei de Proteção de Dados, n.º 67/98, proceder à respetiva legalização junto da CNPD, apresentando, conforme o caso, uma notificação, um pedido de autorização.

É do entendimento deste estudo e de toda a pesquisa efetuada que, caso a FPF não proceda as alterações mencionadas supra, que poderá estar a incorrer numa violação do número 2 do art.º 8.º do RJFD, por violar os pareceres da CNPD e a Lei n.º 67/98.

Violação essa que pode levar à suspensão da FPF, “o estatuto de utilidade pública desportiva pode ser suspenso por despacho fundamentado do membro do Governo responsável pela área do desporto”, quando preenchido algum dos tipos

Relatório de Estágio Curricular: Federação Portuguesa de Futebol

previsto no art.º 21.º do RJFD, como estipula a alínea e “outros casos expressamente previstos na lei”, sabemos já da obrigação imposta pelo art.º 8.º de cumprimento do regime legal de proteção de dados pessoais.

3.2. Observação Final

Importa ressaltar que as recomendações realizadas ao longo deste estudo são espelho de toda a leitura, comunicação estabelecida com a CNPD, e em grande parte no entendimento muito próprio que damos aos direitos relacionados com a proteção dos dados pessoais.

Em conclusão, as recomendações feitas após o estudo realizado baseiam-se, de uma forma simplista, no seguinte:

“não podem ser registados dados que possam permitir a identificação da pessoa, de forma direta ou indireta, nos termos do art.º 3.º, alínea a) da Lei n.º 67/98, de 26 de outubro”

É necessário implementar o novo mecanismo na FPF. No momento da redação das decisões para publicação no site oficial, as referências identificativas têm de ser retiradas. Não podendo impedir a publicação das sanções aplicáveis, seriam feitas publicações com a respetiva identificação dos jogadores e a sanção aplicável ao mesmo, excluindo desta forma qualquer tipo de referência às circunstâncias que levaram à aplicação dessa sanção.

4. Considerações Finais

O estágio curricular é colocado como uma alternativa à dissertação, foi exposto no capítulo I da tese todas as inúmeras vantagens para o aluno em realizar o estágio curricular e, conseqüentemente, redigir o relatório de estágio.

Nesta última fase do estágio, como considerações finais, quero enaltecer o facto de que a elaboração deste relatório não só se revela uma vantagem para o aluno em si, e para a instituição da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa,

mas também para a instituição onde efetuamos o estágio, a Federação Portuguesa de Futebol.

Ao invés de elaborar uma tese, na sua forma tradicional, encontrei neste estágio, no meu caso digo, uma forma de servir, de ser útil para a instituição que me recebeu.

Desenvolvi o assunto que criava (cria), preocupações dentro do seio da FPF, desmistificando a questão e elaborando uma recomendação com base no estudo efetuado para o efeito.

Bibliografia

- AMADO, João Leal / COSTA, Ricardo
Direito do desporto profissional – contributos de um curso de Pós-graduação, Edição, Almedina, 2011.
- AULETTA, Tommaso Amedeo
Riservatezza e tutela della personalità. Milano: Giuffr , 1978
- BRITO, Miguel Nogueira de
O novo regime das Federações Desportivas, Edição, Desporto e Direito, A.7, n.  19, 2009.
- CANOTILHO, J. Gomes / MOREIRA, Vital
Constituição de República Portuguesa, Vol. I, 2.  Edição, Almedina, 1984.
- CARVALHO, Orlando de Freitas
Direitos de Personalidade (Apontamentos de Aulas), Edição, Coimbra Editora, 2012.
- CASTRO, Catarina Sarmento
Direito da Informática, privacidade e dados pessoais, Edição, Almedina, 2005.
- Diretiva 95/46/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de outubro de 1995, relativa   proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e   livre circulação desses dados, Jornal Oficial n.  L 281 de 23/11/1995.
- MARQUES, José Augusto Sacadura Garcia
Informática e Vida Privada, Separata do Boletim do Ministério da Justiça, n.  373, 1988.
- Marie-Pierre / HAAS, Gérard
Internet et Protection de Données Personnelles

- MEIRIM, JOSÉ MANUEL
Temas de Direito do Desporto, Coimbra, Coimbra Editora, 2006.
- MESTRE, Alexandre Miguel
O desporto na lei – Um percurso pelo ordenamento jurídico estatal português, Edição, Vida Económica, 2014.
- MONIZ, Helena
Notas sobre a proteção dos dados pessoais perante a informática, Coimbra, 1997.
- MURILLO de la Cueva, Pablo Lucas
Informática y protección de datos personales, Centro de estudios constitucionales, Madrid, 1933
- PINHEIRO, Alexandre de Sousa
Privacy e proteção de dados pessoais: a construção dogmática do direito à identidade informacional, Edição, AAFDL, 2015.
- WARREN, Samuel / BRANDEIS, Louis
The right of privacy, Harvard Law Review, Vol. IV, n.º 5, 1890.

Sites consultados:

www.cnpd.pt

www.cnpd.pt/bin/legal/forms_video.htm

www.cnpd.pt/bin/Duvidas/vv_desporto.aspx

www.citius.pt

www.dgsi.pt

eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex:31995L0046

www.fd.unl.pt/Anexos/2775.pdf

www.fpf.pt/pt/Institucional/Disciplina/Sec%C3%A7%C3%A3o-Profissional/Ac%C3%B3rd%C3%A3os

www.fpf.pt/Portals/0/Documentos/Centro%20Documentacao/Estatutos/estatutos.pdf

www.google.pt/search?q=delibera%C3%A7%C3%A3o+84%2F98&rlz=1C1AVNE_enPT728PT728&oq=delibera%C3%A7%C3%A3o+84%2F98&aqs=chrome..69i57.4668j0j9&sourceid=chrome&ie=UTF-8#

www.netprof.pt

www.onuportugal.pt

www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=4&tabela=leis

Índice

Capítulo I – Palavras prévias	1
1. Introdução	1
1.1. A escolha pelo Relatório de Estágio	1
1.2. A escolha do Estágio.....	2
1.3. Estrutura do Relatório	2
2. A Federação Portuguesa de Futebol.....	3
2.1. Introdução	3
2.2. Estrutura Orgânica da FPF	8
2.3. Deveres dos Titulares dos órgãos Sociais.....	11
Capítulo II – Estágio, atividades desenvolvidas	12
1. Estágio	12
1.1. Plano de Estágio	12
1.2. Atividades desenvolvidas.....	13
1.2.1. Sem importância para o tema.....	13
1.2.2. Atividades Desenvolvidas	14
Capítulo III – Estudo Realizado.....	18
1. Tema	18
2. O Regime Legal de Proteção de Dados Pessoais.....	19
2.1. Legislação Nacional e Internacional sobre a Publicação das Decisões Judiciais.....	19
2.2. A proteção dos Dados Pessoais.....	25
2.3. Os dados pessoais.....	28
2.4. Os princípios fundamentais que regem o tratamento dos dados pessoais .	33
2.5. Os direitos dos titulares dos dados	37
2.6. Os deveres do responsável pelo tratamento	44
3. A publicação das decisões disciplinares do Conselho de Disciplina da Federação Portuguesa de Futebol: solução apresentada e explicação.	45
3.1. O nosso entendimento	45
3.2. Observação Final.....	56
4. Considerações Finais.....	56
Bibliografia.....	58